

2058

TEXTO PARA DISCUSSÃO

A ASCENSÃO NAVAL CHINESA E AS DISPUTAS TERRITORIAIS MARÍTIMAS NO LESTE ASIÁTICO

Rodrigo Fracalossi de Moraes

The logo for IPEA (Instituto de Políticas, Estudos e Análises) features the lowercase letters 'ipea' in a white, sans-serif font. A bright yellow-green swoosh underline starts under the 'i' and curves under the 'a'.

ipea

A ASCENSÃO NAVAL CHINESA E AS DISPUTAS TERRITORIAIS MARÍTIMAS NO LESTE ASIÁTICO¹

Rodrigo Fracalossi de Moraes²

1. O autor agradece os comentários e sugestões de: André Gustavo Miranda de Pineli Alves, Carlos Lampert, Elton Jony Jesus Ribeiro, Edison Benedito da Silva Filho, João Brígido Bezerra Lima, Marcelo Nonnenberg, Renato Baumann, Ricardo Ginicolo Bacelette, Sérgio Florencio e Walter Antonio Desiderá Neto, isentando-os de qualquer responsabilidade por eventuais equívocos.

2. Técnico de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Ipea.

Governo Federal

**Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República**
Ministro Roberto Mangabeira Unger

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Sergei Suarez Dillon Soares

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Cláudio Hamilton Matos dos Santos

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Rogério Boueri Miranda

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais, Substituto

Carlos Henrique Leite Corseuil

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Renato Coelho Baumann das Neves

Chefe de Gabinete

Ruy Silva Pessoa

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Texto para Discussão

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2015

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-

ISSN 1415-4765

1. Brasil. 2. Aspectos Econômicos. 3. Aspectos Sociais.
I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 330.908

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO	7
2 PANORAMA DA MODERNIZAÇÃO MILITAR CHINESA: 1993-2013	10
3 A CHINA E A SEGURANÇA NO LESTE DA ÁSIA	20
4 DISPUTAS TERRITORIAIS NO MAR DA CHINA ORIENTAL E NO MAR DO SUL DA CHINA	23
5 TENDÊNCIAS.....	41
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E INTERESSES BRASILEIROS.....	44
REFERÊNCIAS	47

SINOPSE

O texto tem como objetivo analisar as relações entre as disputas por territórios marítimos no Leste da Ásia, a situação marítima desfavorável da China e o fortalecimento militar do país a partir da primeira metade dos anos 1990. A partir dos dados coletados, indicam-se os elementos que tornam a China um país com uma situação marítima desfavorável e apontam-se as principais características da modernização militar chinesa (particularmente no segmento naval) e das disputas marítimas no Leste da Ásia. Conclui-se que tem ocorrido na China, sobretudo desde o início dos anos 2000, uma modernização significativa do poder militar nacional, em conjunto com maior prioridade atribuída ao poder naval. Embora este último tenha como objetivo primordial a negação do uso do mar, há elementos que indicam a formação de uma marinha voltada também à projeção de poder. Os dados indicam, além disso, que há uma rápida redistribuição de recursos de poder militar no Leste da Ásia em favor da China, expandindo-se as possibilidades de sucesso de uma eventual ação militar do país naquele espaço. Conclui-se, ainda, que a superioridade da China é mais evidente no Mar do Sul da China, espaço no qual há menor presença militar dos Estados Unidos e onde os países limítrofes possuem recursos mais limitados em comparação aos países do Mar da China Oriental.

Palavras-chave: China; Forças Armadas; poder naval; disputas marítimas; Leste Asiático.

ABSTRACT

The paper aims to analyze the relations between the disputes over maritime territories in East Asia, the unfavorable maritime situation of China, and the Chinese military build-up from the early 1990s onwards. From the data collected, it indicates the aspects that make China a country with an unfavorable maritime situation. It also indicates the main features of China's military modernization (particularly in the Navy) and of the maritime territorial disputes in East Asia. It follows that it has occurred in China, especially since the early 2000s, a significant modernization of the national military power, along with a higher priority assigned to naval power. Although *sea denial* capabilities are still prevalent, there are evidences indicating the development of a *power projection* navy. Evidences indicate, moreover, a rapid redistribution of military

power in East Asia in favor of China, expanding the possibilities of success of a Chinese military action in that space. Furthermore, superiority of China is most evident in the South China Sea, in which military presence of the United States is weaker and where countries have less resources when compared to countries in the East China Sea.

Keywords: China; Armed Forces; naval power; maritime disputes; East Asia.

1 INTRODUÇÃO

Desde o início da década de 1990, entre as nações possuidoras de grandes forças armadas, a China foi a que mais expandiu o volume de recursos públicos alocados para as atividades de defesa nacional. Enquanto em 1990 o país possuía o oitavo gasto militar do globo, a partir de 2006 passou a deter a segunda posição neste *ranking*, superando potências militares tradicionais como França, Reino Unido e Rússia.¹ Embora distante dos Estados Unidos, o hiato de gastos militares entre os dois países tem se estreitado. E apesar dos limites metodológicos da associação entre *gastos* militares e *capacidades* militares, essa mudança indica os amplos investimentos realizados neste setor, no bojo do acelerado crescimento econômico chinês.

Ao mesmo tempo em que expande seu poder militar, há uma mudança de prioridades no setor. Observa-se, sobretudo, uma redução da importância relativa atribuída às forças terrestres, em prol de forças militares centradas no poder aéreo e naval. Trata-se, portanto, não apenas de um processo de expansão quantitativa do Exército de Libertação Popular – People’s Liberation Army (PLA) – mas de mudanças na percepção quanto às principais ameaças enfrentadas pelo país e de como o poder militar (particularmente o aéreo e o naval) pode ser um instrumento em prol do avanço dos interesses nacionais.

As implicações desse processo não são facilmente previsíveis, embora alguns sinais já se manifestem, destacando-se os temores crescentes em relação a possíveis conflitos militares no Mar da China Oriental e/ou no Mar do Sul da China. Quanto a este aspecto ressalta-se que, apesar de possuir o segundo produto interno bruto (PIB) do mundo, a China detém jurisdição sobre uma zona econômica exclusiva (ZEE) relativamente pequena. Há ainda que se somar: a proximidade de territórios insulares de outros países ao longo de todo o seu litoral; a posse de extensas áreas marítimas pelo Japão; a presença militar dos Estados Unidos no Leste da Ásia, sobretudo na Coreia do Sul, no Japão e em Guam; a dependência externa quanto ao fornecimento de hidrocarbonetos; e a predominância do modal marítimo no seu comércio exterior. Estes problemas poderiam ser parcialmente contornados caso o país possuísse um poder militar superior ao que possui e jurisdição sobre áreas marítimas mais extensas. Estas poderiam ser obtidas a partir

1. Fonte: Stockholm International Peace Research Institute (Sipri).

da posse de ilhas ou arquipélagos que, atualmente, não se encontram sob sua soberania.² E é em torno das disputas por estas ilhas e suas respectivas águas jurisdicionais que se vislumbra um dos possíveis cenários de conflito no Leste da Ásia.

Este trabalho tem como objetivo analisar as relações entre as disputas por territórios marítimos no Leste da Ásia, a situação marítima desfavorável da China e a modernização militar do país a partir da primeira metade dos anos 1990. Sobre este último ponto, há indicações de que a expansão dos fluxos comerciais marítimos e a modernização da marinha mercante chinesa têm sido acompanhadas pela expansão/modernização da marinha *de guerra* do país. Destaca-se, ainda, como o contexto de crise econômica nos Estados Unidos representa oportunidade para a China expandir seu poder militar no Pacífico.

Apesar de estas questões parecerem, à primeira vista, distantes da realidade brasileira, elas podem afetar o país ao menos de cinco formas, conforme mostradas a seguir.

- 1) A eventual ocorrência de conflitos no Mar do Sul da China e/ou no Mar da China Oriental traria consequências econômicas para o Brasil, tendo em vista:
 - a) o alto volume de exportações brasileiras para o Leste da Ásia e de importações brasileiras oriundas da região, bem como dos fluxos de investimento estrangeiro direto; e
 - b) o fato de estes dois mares conterem algumas das principais linhas de comunicação marítima do globo.
- 2) A realocação de forças navais norte-americanas em direção ao Pacífico – fenômeno decorrente, em grande parte, da modernização militar chinesa – indica que, ao longo da próxima década, o governo norte-americano provavelmente atribuirá menor importância relativa ao Atlântico. Em tese, isto possibilitaria maior liberdade para a política sul-atlântica do Brasil.

2. O Mar da China Oriental e o Mar do Sul da China possuem diversos tipos de terras emersas, como atóis, bancos de areia, ilhotas e recifes. A fim de simplificar a leitura do texto, todas estas formações são consideradas neste trabalho como “ilhas”.

- 3) O Brasil, como membro das Nações Unidas e dos BRICS (grupo de países formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), será pressionado a se posicionar sobre o papel da China e dos Estados Unidos na governança da segurança internacional e, particularmente, sobre disputas no Leste da Ásia, assim como seus possíveis desdobramentos.
- 4) O Brasil pode ser compelido a se posicionar sobre discussões acerca de possíveis reformas no regime internacional dos oceanos, do qual é um dos principais beneficiários.
- 5) Analisar a modernização militar e as mudanças nas doutrinas de defesa da China significa conhecer de forma mais apurada um dos elementos centrais no processo de ascensão de um importante parceiro do Brasil.

Embora haja evidentes limitações para um trabalho como este, decorrentes, entre outros fatores, da barreira linguística e da escassez de informações, é possível realizar inferências a partir de informações sobre: gastos em defesa; transferências externas de equipamentos militares; e características e quantidades de equipamentos militares. Há, ainda, análises secundárias produzidas por instituições especializadas em inteligência, segurança e estudos estratégicos, como o International Institute for Strategic Studies (IISS), a Jane's Information Group, o Sipri e a Strategic Forecasting (Stratfor), úteis para se traçar um panorama do tema tratado neste trabalho.

O texto está dividido em cinco seções, além desta introdução. Na segunda seção, apresenta-se um panorama da modernização militar chinesa a partir de 1992. Na terceira seção, analisam-se os impactos desta modernização sobre a segurança no Leste Asiático. Na quarta seção, examinam-se as características das disputas territoriais marítimas no Mar da China Oriental e no Mar do Sul da China. A quinta seção, apontam-se possíveis tendências para a segurança no Leste da Ásia a partir da análise de estimativas de gastos em defesa. Por fim, na sexta seção, apresentam-se as considerações finais e interesses brasileiros.

2 PANORAMA DA MODERNIZAÇÃO MILITAR CHINESA (1993-2013)

Comparar capacidades militares de países distintos é um procedimento impreciso. Nações com gastos militares de montantes próximos, efetivos semelhantes e equipamentos em quantidade e qualidade equivalentes não possuem, necessariamente, um poder militar e/ou capacidades de defesa parecidos. Essa dificuldade decorre do fato de que cada país possui necessidades de segurança específicas, condicionadas por diversos elementos, dentre os quais: a região onde se situa; a geografia do território; a dimensão da sua economia e de seus recursos naturais; o grau de distribuição de seus interesses ao redor do mundo; as percepções de outros países; e a motivação em utilizar a força militar como instrumento de resolução de disputas. Acrescenta-se que o poder militar depende de fatores de difícil medição e/ou sobre os quais há pouca ou nenhuma informação disponível, como o “moral” da tropa; a qualidade dos treinamentos; o estado dos equipamentos; a experiência em operações reais; e a capacidade de mobilização industrial e de pessoal.³

Embora impreciso, trata-se de um dos principais indicadores da importância atribuída por Estados às suas capacidades militares, especialmente quando se analisam os dados de sua evolução ao longo do tempo e quando movimentos de expansão e declínio são acentuados. Nesse sentido, a fim de analisar algumas das principais dinâmicas dos investimentos em defesa desde o início dos anos 1990, a tabela 1 compara os gastos em defesa da China e dos outros quatro países que, no quinquênio 2009-2013, tiveram os maiores volumes destes dispêndios.

Observa-se como o crescimento do gasto chinês foi, em termos absolutos, muito superior ao dos demais países listados. O gasto dos Estados Unidos em 2013, mesmo com a forte expansão verificada nos anos 2000, era 33,5% superior ao de 1993. O gasto russo recuperou-se da expressiva queda ocorrida após o colapso da União Soviética e, em 2013, era 56% superior ao de 1993. A variação no gasto britânico foi de 6% entre os anos de 1993 e 2013, verificando-se no caso da França um decréscimo de 8,4%.⁴

3. Para uma análise de algumas das dificuldades metodológicas presentes nas análises de gastos militares, ver Silva Filho e Moraes (2012) e Sipri (s.d.).

4. Embora não listado nesta tabela, o Brasil teve em 1993 um gasto de US\$ 17,1 bilhões, equivalente a 73% do gasto da China. Em 2013, quando o gasto brasileiro foi de US\$ 36,2 bilhões, esta relação diminuiu para 5,9%.

TABELA 1
Gastos militares
(Em US\$ bilhões de 2011)

	1993			2003			2013			Δ 2013-1993 (%)
	Valor	% sobre PIB	% sobre total mundial	Valor	% sobre PIB	% sobre total mundial	Valor	% sobre PIB	% sobre total mundial	
Estados Unidos	463,5	4,5	40,1	507,8	3,7	39,5	618,7	3,8	36,4	+33,5
China¹	23,5	2,0	2,0	57,4	2,1	4,5	171,4	2,0	10,1	+630,7
Rússia ¹	54,4	4,5	4,7	39,1	3,9	3,0	84,9	4,1	5,0	+56,0
França ²	68,0	3,3	5,9	64,7	2,6	5,0	62,3	2,2	3,7	-8,4
Reino Unido ³	53,0	3,4	4,6	57,0	2,5	4,4	56,2	2,3	3,3	+6,0
Demais países	494,0	-	42,7	560,3	-	43,6	708,3	-	41,6	+43,4
Total mundial	1.156,4	-	-	1.286,3	-	-	1.701,7	-	-	+47,2

Fonte: Sipri.

Elaboração do autor.

Notas: ¹ Dados estimativos.

² A partir de 2006, os dados passaram a ser calculados com uma nova metodologia, em razão de mudanças no sistema orçamentário e no direito financeiro francês.

³ Em 2001, o Reino Unido passou do sistema *cash based accounting* para o sistema *resource based*. Os valores a partir de 2001 baseiam-se nos dados do Net Cash Requirement, que constam no Annual UK Defence Statistics, mais próximos do método antigo. A definição do Net Cash Requirement é ligeiramente diferente da utilizada até 2000. Os efeitos sobre os valores das despesas militares do Reino Unido são desconhecidos.

Obs.: Dados referentes ao exercício financeiro de cada país.

Além disso, em 1993, o gasto norte-americano era 19,7 vezes superior ao chinês, diferença que passou a ser de 3,6 vezes em 2013. Em 2013, o gasto chinês foi ainda 16% superior à soma dos gastos de Rússia e França. Enquanto Estados Unidos, França e Reino Unido perderam participação no gasto global ao se comparar os anos de 1993 e 2013, a China expandiu a sua participação em 8 pontos percentuais (p.p.).

A tabela também demonstra a capacidade militar potencial de um país em forte expansão econômica. Ao se observar os percentuais em relação ao PIB, nota-se como o gasto chinês não se expandiu em termos relativos. O crescimento ocorreu, portanto, de maneira “vegetativa”: em 2013 o fardo militar (*military burden*) no país não era maior que em 1993.

Observa-se, ainda, que a expansão dos gastos militares na China no primeiro período não foi tão acentuada como seria no segundo período. De fato, até a segunda metade da década de 1990, a avaliação predominante era que a China possuía forças armadas com poderio militar inferior ao existente nos principais países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) (IISS, 1997, p. 164). Além da carência de recursos, grande parte era alocada para o exercício de funções não tipicamente militares, como

atividades comerciais, construção de obras de infraestrutura e ações de segurança interna, “desviando” recursos necessários à modernização militar do país (IISS, 1998, p. 165).⁵ Ainda assim, a China foi capaz de manter ao longo daquela década alguns programas-chave voltados à sua modernização, destacando-se aqueles voltados ao desenvolvimento dos seguintes armamentos: Dong Feng-31, míssil balístico intercontinental, com alcance de 8 mil km; Type 094, submarino balístico nuclear; Type 093, submarino nuclear de ataque; e Chengdu J-10, aeronave de caça, desenvolvida com o apoio de Israel (IISS, 1998, p. 169).⁶

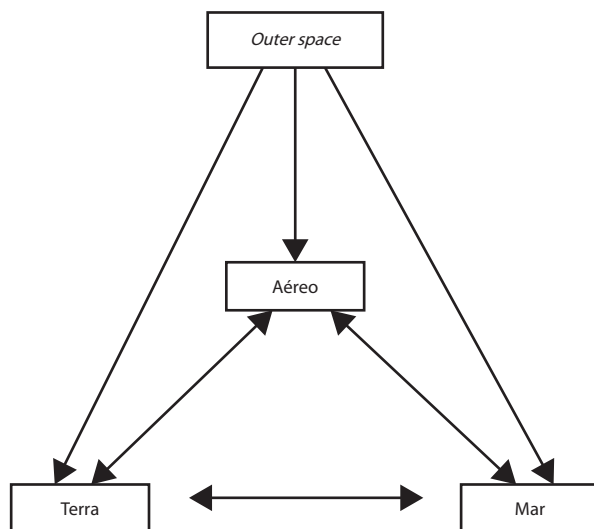
Seria a partir dos anos 2000 que a modernização militar chinesa se aceleraria. Um marco nesse processo foi a publicação, em outubro de 2000, do documento Defesa Nacional da China, no qual o governo do país demonstrou que as políticas de defesa ganhariam importância relativa ao longo dos anos seguintes e que a modernização militar seria acelerada (China, 2000).

Nos próximos parágrafos, será visto como esta modernização ocorreu em cada uma das forças que compõem o PLA. Antes, contudo, deve-se ressaltar que forças terrestres, navais e aéreas são mutuamente dependentes: forças aéreas podem projetar poder sobre áreas terrestres e marítimas ou impedir o acesso às mesmas; forças navais podem ser um instrumento de projeção de poder sobre a terra ou realizar ações contra forças aéreas; e forças terrestres podem negar o acesso sobre áreas marítimas (por meio de baterias costeiras, por exemplo) ou realizar operações antiaéreas. Assim, conquanto cada um dos segmentos possua características e formas de emprego próprias, as interconexões são essenciais para se compreender as dinâmicas da guerra moderna. Cabe destacar, ainda, o papel das atividades espaciais nas operações de cada um destes segmentos, compondo uma espécie de quarta dimensão estratégica. Essas interconexões podem ser esquematizadas conforme apresentado na figura 1.

5. Sobre as atividades comerciais realizadas pelo PLA, ver Kan (2001).

6. Outra ação significativa no caminho da modernização foi tomada em 1998, quando o PLA deixou de realizar atividades de caráter comercial (IISS, 1999, p. 175; Stratfor, 2010a).

FIGURA 1
As quatro dimensões estratégicas



Fonte: Coutau-Bégarie (2006) *apud* Reis (2011, p. 104).

Considerando-se estas ressalvas, serão analisados a seguir os processos de modernização nas quatro forças que compõem o PLA: a Força Terrestre, a Força Aérea, a Marinha e o Segundo Corpo de Artilharia.

Na Força Terrestre, o elemento central foi o incremento da mobilidade. Abandonou-se o modelo estático, em que grandes contingentes se espalhavam em unidades distribuídas por todo o país, e investiu-se em forças menores, mais flexíveis e rapidamente mobilizáveis (IISS, 2000, p. 179). Essa mudança originou as chamadas “formações em punho”, capazes de responder de forma rápida a ameaças de caráter interno ou externo (IISS, 2001, p. 172). A modernização da Força Terrestre, contudo, tem sido inferior à ocorrida nas demais forças, especialmente em termos de desenvolvimento e aquisição de equipamentos. Trata-se de mudança profunda no pensamento estratégico chinês e na influência das quatro forças que compõem o PLA. Tendo sido historicamente, por larga margem, a força mais influente na China, a Força Terrestre passa a ser um *primus inter pares* (IISS, 2012b, p. 213). Em parte, isto é decorrência da percepção de Pequim de que o país é, atualmente, efetivamente capaz de proteger suas fronteiras terrestres (IISS, 2013, p. 254). Além disso, a China já possui um domínio tecnológico quase total dos diversos segmentos de uma força terrestre moderna, assim como a correspondente produção industrial (IISS, 2013, p. 255).

Na Força Aérea, destacaram-se os seguintes projetos: o caça-bombardeiro Xian JH-7/JH-7A, desenvolvido com apoio russo (IISS, 2002, p. 296), do qual o PLA possuía, ao final de 2012, 240 unidades (IISS, 2013, p. 290-292); e as aeronaves de caça Chengdu J-10A/S e Shenyang J-11/B/BS, das quais o PLA possuía, respectivamente, 268 e 233 unidades em seu inventário ao final de 2012 (IISS, 2013, p. 290-292). Além desses modelos, uma versão mais avançada da aeronave Shenyang J-11 começou a ser produzida em série em 2012, sob o nome de Shenyang J-16. Aeronaves militares de transporte, essenciais para a ampliação da mobilidade, se encontram também entre os itens em desenvolvimento, como no caso do modelo Xian Y-20, cujos testes com protótipos se iniciaram em 2013 (Fisher Jr., 2013; Stratfor, 2013a). Outro segmento de crescente destaque é o de veículos aéreos não tripulados, desenvolvidos com o objetivo, sobretudo, de controlar e monitorar territórios marítimos em disputa. Estes são deslocados com relativa frequência para as ilhas Senkaku/Diaoyu (Stratfor, 2013b).⁷ Além disso, um dos principais projetos aeroespaciais é o da aeronave de quinta geração Chengdu J-20, cujo voo inicial ocorreu em 2011 e da qual se espera que esteja operacional até o final desta década (Jane's, 2011).

Cita-se, ainda, a implantação de um sistema de navegação global composto por 35 satélites, atualmente denominado BeiDou, iniciado em 2000 e planejado para cobrir todo o globo em 2020, superando a dependência chinesa em relação a sistemas estrangeiros (Grevatt, 2013).

É na Marinha, contudo, que a modernização tem sido mais pronunciada. Em 2013, segundo dados da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD, 2013, p. 178) –, a marinha mercante chinesa era a maior do mundo em número de embarcações (5.313 no total, ou 11,3% do total mundial)⁸ e a terceira em capacidade de transporte (190.079 dwt, ou 11,8% do total mundial).⁹ Esse movimento está sendo acompanhado de esforços no sentido de expansão e modernização da marinha de guerra do país.

7. Há que se pesar, contudo, a aparente desorganização deste segmento na China (Jane's, 2012).

8. Considera-se aqui a nacionalidade de origem das embarcações, não a bandeira de registro.

9. A medida tonelada de peso morto – *deadweight tonnage* (dwt) – refere-se à capacidade de carga de embarcações. A marinha mercante que, no início de 2013, possuía a maior capacidade de transporte era a da Grécia (244.851 dwt), seguida da do Japão (223.815 dwt).

Até o momento, o esforço naval militar chinês tem se concentrado na negação do uso do mar. Essa perspectiva é, de fato, a estratégia mais racional para poderes “terrestres”, os quais, ao terem ameaças de caráter eminentemente terrestre (internas ou externas), não possuem recursos suficientes para desenvolver uma marinha voltada à projeção de poder. Buscam, assim, tão somente evitar que poderes marítimos ameacem seu território a partir do mar (Ross, 2009, p. 49).

Nesse sentido, os investimentos têm se direcionado, sobretudo, para a força de submarinos e mísseis balísticos antinavio, bem como aos sistemas C4ISR correspondentes (O’Rourke, 2013, p. 4).¹⁰ Em razão da “invisibilidade” de submarinos, estes são essenciais em uma estratégia de negação do uso do mar, particularmente contra navios-aeródromo (Ross, 2009, p. 49). Uma força de submarinos ampla e moderna seria um sério obstáculo às operações norte-americanas no Leste da Ásia, tendo em vista o papel central de navios-aeródromo em um eventual conflito na região, sobretudo no Mar do Sul da China. Essa força poderia, entre outras funções, impedir – ou no mínimo retardar – o apoio aéreo norte-americano no caso de uma ação chinesa contra Taiwan (O’Rourke, 2013, p. 4-5; Jane’s, 2013a).

O segmento de submarinos tem passado por ampla modernização. A partir de 1995, a China passou a incorporar submarinos da classe Kilo adquiridos junto à Rússia, com doze unidades em serviço na Marinha chinesa ao final de 2013. A conclusão do projeto do submarino de ataque Type 093 (SSN), por sua vez, a partir do modelo russo Victor 3, adicionou capacidade de negação do uso do mar às forças navais do país, com três unidades em serviço ao término de 2013 (IISS, 2001, p. 172; Jane’s, 2013a). O mesmo se aplica ao submarino Type 094 (SSBN), cuja primeira unidade entrou em operação em 2004, em substituição ao modelo prévio, da classe Xia, havendo ao final de 2013 três unidades em serviço (IISS, 2001, p. 173; Jane’s, 2013a; Stratfor, 2013c). Merece destaque também a construção de uma base subterrânea para submarinos em Sanya, ilha de Hainan.

Para além da força de submarinos, há sinais de que a China busca desenvolver uma força naval de amplo espectro, ou seja, capaz de realizar diversos tipos de missões – próximas ou distantes da costa do país. Embora a estratégia central seja a negação do

10. C4ISR: sigla que corresponde às iniciais de comando, controle, comunicações, computadores, inteligência, vigilância e reconhecimento (*command, control, communications, computers, intelligence, surveillance and reconnaissance*).

uso do mar, o elemento da projeção de poder parece ganhar relevância, como analisado em Stratfor (2009):

Historicamente, a China tem sido muito mais um poder terrestre, satisfazendo nacionalmente, junto aos vizinhos, ou por meio da grande Rota da Seda, a maior parte das necessidades de sua sociedade agrícola. Nos últimos anos, porém, a China começou a desenvolver uma marinha expedicionária de águas azuis, resultado de sua transição de uma economia agrícola para uma economia industrial. A China, atualmente, necessita de recursos que se situam para além de suas costas, bem como novas e seguras rotas de comércio; e é preciso olhar para o mar para se alcançar esses imperativos (Stratfor, 2009, tradução nossa).¹¹

Uma marinha de “águas azuis” poderia, assim, não apenas defender a costa chinesa e realizar operações a distâncias relativamente curtas mas também assegurar o funcionamento das linhas de comunicação marítima das quais depende a economia do país (Jane’s, 2013a). Nesse sentido, a incorporação de quatro contratorpedeiros russos da classe Sovremenny entre 1999 e 2005, assim como a do navio-aeródromo Liaoning em 2012, foram pontos de destaque (IISS, 2002, p. 296; Stratfor, 2009; Ross, 2009, p. 46). A maior importância atribuída à projeção de poder pode ser observada também no documento *The diversified employment of China’s Armed Forces*, publicado em 2013, mencionando que a China busca, de fato, desenvolver uma marinha de “águas azuis” (China, 2013a, p. 5 e 11).

Ainda que o desenvolvimento de um poder marítimo equivalente ao norte-americano seja, provavelmente, uma tarefa de longo prazo, a modernização naval chinesa passa a impor um custo crescente a uma eventual tentativa norte-americana de realizar um bloqueio naval contra o país (Stratfor, 2012a). E essa modernização passou, de fato, a ser considerada no cálculo estratégico das Forças Armadas dos Estados Unidos, influenciando o seu comportamento, o que constitui a própria essência do que se entende como *poder* (Kaplan, 2014).

11. “Historically, China has been very much a land power, getting most of what it needs for its agricultural society domestically, from nearby neighbors or through the great Silk Road. In recent years, however, China has begun to develop a blue-water expeditionary navy, brought on by its transition from an agricultural economy to an industrial economy. China now needs resources from beyond its shores as well as new and secure trade routes, and it must look to the sea to achieve these imperatives.”

O Segundo Corpo de Artilharia, responsável pelos mísseis estratégicos chineses, compõe uma espécie de quarta força singular, ao lado das forças terrestres, navais e aéreas. Para possíveis ações no Leste da Ásia, os mísseis de curto alcance Dong Feng-16 e de longo alcance Dong Feng-21 seriam essenciais. O primeiro tem substituído o modelo Dong Feng-11, ganhando precisão e alcance (entre 800 km e 1.000 km), com capacidade de operar no interior do país, a uma distância maior da costa, evitando assim possíveis contra-ataques oriundos de Taiwan (Jane's, 2013b). Quanto ao segundo, a versão mais recente é o míssil balístico antinavio Dong Feng-21D, instrumento importante e inovador em operações para negação do uso do mar. Conhecido como *carrier killer*, seria especialmente útil contra grandes embarcações, sobretudo dos Estados Unidos. Sua capacidade de atingir navios-aeródromo em movimento poderia, por si só, inibir um possível apoio norte-americano a Taiwan (IISS, 2012b, p. 212; Jane's, 2013b).

Modernizaram-se, além disso, os exercícios militares, que ganharam em termos de complexidade e passaram a considerar hipóteses mais concretas de emprego. Introduziram-se, por exemplo, exercícios noturnos, além de manobras combinadas (Jane's, 2013a). A participação em exercícios internacionais, bem como a maior circulação de embarcações militares chinesas em outras partes do globo, têm ainda contribuído para o maior contato de marinheiros chineses com marinhas de guerra de outras nações (Stratfor, 2013d).

Igualmente no sentido da modernização militar, o país busca enfrentar o profundo “distanciamento” entre oficiais e praças, elemento que gera uma força com problemas de coesão e baixo “moral” da tropa. De forma simbólica, o governo chinês determinou, em 2013, que oficiais deveriam executar algumas das funções atribuídas a graduções inferiores no PLA (Stratfor, 2013d).

Outro processo no rumo da modernização militar tem sido o fortalecimento da Polícia Armada Popular. A sua crescente utilização para o enfrentamento de questões de segurança interna tem permitido ao PLA alocar quantidade superior de recursos para a defesa contra ameaças externas (Stratfor, 2014a).

O PLA passa, portanto, não apenas por uma modernização tecnológica, mas por mudanças doutrinárias, com maior importância atribuída à mobilidade, em conjunto com o maior peso relativo para forças aéreas e navais. Assim, o PLA, que historicamente

se dedicou à consolidação da massa territorial terrestre do país e a atividades de defesa interna, tem atribuído maior importância ao possível enfrentamento de ameaças externas (Stratfor, 2014a; 2014b).

A China tem ainda investido no desenvolvimento e produção de equipamentos militares a partir de tecnologias nacionais. A tabela 2 compara a proporção de aeronaves de caça nacionais e importadas (ou produzidas sob licença) entre 1996 e 2012.

TABELA 2
Aeronaves de caça em operação na Força Aérea e na aviação naval da China
(Em número de unidades)

	Nacionais ¹	Importadas ou produzidas sob licença ²	% de nacionais
1996	270	2.909	9
2000	552	2.504	18
2004	793	1.976	29
2008	732	909	45
2012	862	795	52

Fonte: IISS.

Elaboração do autor.

Notas: ¹ Compreende os seguintes modelos: Q-5 (todas as versões), JH-7 (todas as versões), J-8 (todas as versões) e J-11 (todas as versões posteriores à primeira).

² Compreende os seguintes modelos: J-6 (todas as versões); J-7 (todas as versões); Su-27 (todas as versões); Su-30 (todas as versões); MiG-19 (todas as versões); e J-11 (apenas a primeira versão), por ser reprodução de modelo russo.

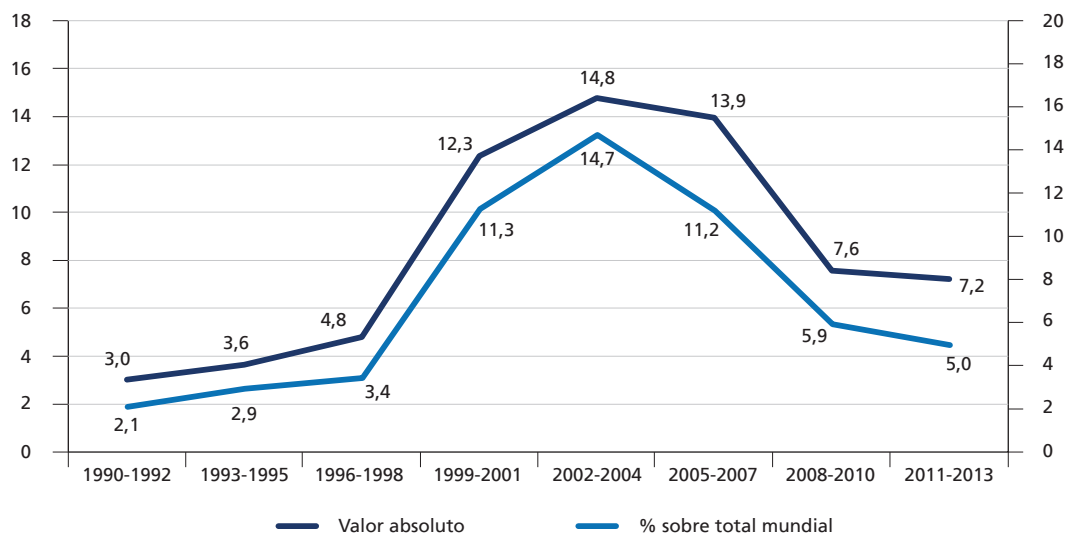
Obs.: O modelo J-6 foi produzido na China sem um acordo formal para tanto, sendo considerado nesta tabela como uma aeronave produzida sob licença. O caso da aeronave J-11 é de mais difícil classificação, tendo em vista ser quase uma reprodução do modelo russo Su-27SK. Por esse motivo, considerou-se que esta foi uma produção sob licença. Contudo, versões posteriores do J-11 passaram a incorporar diversas tecnologias chinesas, razão pela qual estas são consideradas, para os propósitos desta tabela, como nacionais.

A tabela 2 demonstra que a China foi capaz de reduzir a dependência de tecnologias estrangeiras em período relativamente curto, ao mesmo tempo em que desenvolveu uma força aérea/aeronaval mais compacta. Essa política pode ser observada, ainda, pela redução das importações de armamentos realizadas pelo país a partir de meados dos anos 2000, após um período de forte expansão. Os dados aparecem no gráfico 1.

GRÁFICO 1

Importações de equipamentos militares pela China

(Em US\$ bilhões de 2011 e % sobre o total mundial)



Fonte: Sipri.
Elaboração do autor.

A queda nas importações a partir do período 2008-2010 foi simultânea a um período de acentuada expansão nos gastos em defesa e acelerada modernização tecnológica.¹² Estes movimentos em direções distintas indicam o progressivo domínio dos diversos segmentos que compõem uma indústria de defesa moderna. Esse processo tem ocorrido de maneiras variadas, incluindo as modalidades de desenvolvimento autônomo, desenvolvimento conjunto com outros países, transferência de tecnologia, bem como pela possível prática de engenharia reversa em alguns equipamentos estrangeiros, como pode ter ocorrido no caso da aeronave de caça russa Su-27SK, base para o modelo chinês J-11B (IISS, 2009, p. 364; Stratfor, 2013d). Ou seja, a modernização do PLA tem sido realizada cada vez mais a partir de pesquisa e produção industrial militar interna (Grimmett e Kerr, 2012, p. 9-10).

12. Segundo dados oficiais do governo da China, no período 2000-2003, assim como nos anos de 2005 e 2007, cerca de um terço do gasto em defesa chinês foi alocado para a aquisição de equipamentos e Pesquisa e desenvolvimento (P&D) (China, 2006; 2009, p. 66-67; IISS, 2006, p. 249). Segundo o IISS (2006, p. 249; 2009, p. 375), no entanto, os gastos em defesa da China são subestimados por não considerarem algumas rubricas, destacando-se: armas compradas no exterior; receitas geradas pelas exportações de armas; subsídios para a indústria de defesa; e financiamento à P&D. Observa-se, ainda assim, que os valores correspondentes a estes itens deveriam ser incluídos, em sua maior parte, na rubrica aquisição de equipamentos e P&D. Não há razões, além disso, para que a participação desta rubrica no total do gasto militar chinês tenha diminuído desde 2007. A alocação de aproximadamente um terço do gasto em defesa para esta destinação é, assim, uma estimativa conservadora.

Na seção seguinte, analisa-se o processo de ascensão militar chinesa no contexto do Leste Asiático, destacando-se que a velocidade da modernização militar do país não foi acompanhada de processos equivalentes nos demais países da região.

3 A CHINA E A SEGURANÇA NO LESTE DA ÁSIA

Como mencionado na seção anterior, a avaliação predominante até o final dos anos 1990 era que os investimentos chineses não haviam sido capazes de produzir forças armadas modernas e não eram suficientes para alterar o balanço regional de poder no Leste da Ásia (IISS, 1999, p. 171). Contudo, no bojo do acelerado crescimento econômico do país e das reformas na área da defesa realizadas nos anos 2000, este quadro se alterou.

Além do estreitamento do hiato em termos de capacidades militares em comparação a outras potências, os investimentos chineses em defesa alteraram significativamente a distribuição de poder militar na região. A fim de demonstrar esta mudança, constam da tabela 3 os gastos militares dos cinco países com os maiores orçamentos de defesa no chamado Complexo Regional de Segurança do Leste Asiático, tomando-se como base o quinquênio 2009-2013 (Buzan e Wæver, 2003).¹³

Os gastos militares chineses aumentaram 7 vezes entre 1993 e 2013. Enquanto em 1993 eles eram 74% superiores aos de Taiwan, em 2013 esta diferença passou a ser de 17 vezes. Enquanto em 1993 a China tinha um gasto equivalente a 43% do realizado pelo Japão, este passou a ser 189% maior em 2013. Em relação ao total regional, o percentual de gastos chineses passou de 16,5% para 51%.

Esta expansão é particularmente relevante quando se considera que os quatro países que seguem a China nesta lista possuem poderes militares significativos, estando, em 2013, nas posições de número seis (Japão), doze (Coreia do Sul), treze (Austrália) e dezenove (Taiwan) entre os países com os maiores gastos militares do globo. Além disso, todos possuem ligações militares significativas com os Estados Unidos.

13. Trata-se de uma "região" do ponto de vista dos estudos em segurança regional. O complexo é integrado por dezoito países, quais sejam: Austrália, Brunei, Camboja, China, Cingapura, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Filipinas, Indonésia, Japão, Laos, Malásia, Mianmar, Papua Nova-Guiné, Tailândia, Taiwan, Timor-Leste e Vietnã.

TABELA 3

Gastos militares no Complexo Regional de Segurança do Leste Asiático e percentuais em relação ao total regional
(Em US\$ bilhões de 2011)

	1993		2003		2013		Δ 2013-1993 (%)
	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	
China	23,5	16,5	57,4	29,5	171,4	51,4	+629
Japão ¹	54,6	38,5	61,5	31,6	59,4	17,8	+9
Coreia do Sul ²	17,2	12,1	21,9	11,2	32,4	9,7	+88
Austrália	16,7	11,7	19,9	10,2	24,6	7,4	+48
Taiwan	13,5	9,5	9,8	5,0	10,3	3,1	-24
Demais países ³	16,6	11,7	24,3	12,5	35,0	10,5	+111
Total regional	142,0	-	194,7	-	333,1	-	+135
Total mundial	1.156,4	-	1.286,3	-	1.701,7	-	+47

Fonte: Sipri.

Elaboração do autor.

Notas: ¹ Inclui previsão orçamentária relativa ao Special Action Committee on Okinawa. Não são incluídos gastos com pensões militares.

² Não são incluídos os gastos com três fundos especiais, destinados à: realocação de instalações militares; realocações de bases norte-americanas; e bem-estar para as tropas. Estes fundos somaram 944 bilhões de won em 2013.

³ Brunei, Camboja, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Papua Nova-Guiné, Tailândia, Timor-Leste e Vietnã. Não há dados para Coreia do Norte e Mianmar. Para o Laos, não há dados para 2013; por essa razão, foi utilizado o dado de 2012.

Obs.: 1. Os seguintes dados são estimados: China, para todo o período; Coreia do Sul, para 1993 e 2003; Austrália, para 1993; e Taiwan, para 1993. Na categoria "demais países", estimaram-se os gastos de: Camboja, Filipinas e Tailândia, para 1993; Indonésia, para 1993 e 2003; e Laos, para todo o período.

2. Dados referentes ao exercício financeiro em questão para cada país.

Merece destaque, particularmente, o crescimento relativo do poder *naval* chinês, ainda que este não esteja à altura do poder naval norte-americano no Pacífico. Segundo Baker (2013), ele não seria equivalente nem mesmo ao do Japão. A isto se somaria o projeto do governo japonês de expandir o poder militar do país, reflexo do fortalecimento militar da China e do perfil nacionalista do governo de Shinzō Abe. Esse processo ocorreria tanto pelo desenvolvimento de meios mais modernos como pela eliminação das restrições às capacidades militares japonesas – impostas ao país desde o final da Segunda Guerra Mundial. Contudo, deve-se pesar que, ao contrário da China, o Japão não possui navios-aeródromo, submarinos nucleares ou mísseis balísticos (Stratfor, 2012b). Além disso, o montante de recursos para a defesa no Japão não deverá se expandir de forma significativa ao longo dos próximos anos, como analisado na seção 4.

Entre os objetivos da modernização militar chinesa está o de moldar o Leste da Ásia de forma a melhor atender seus interesses. Do ponto de vista do governo chinês, esta área é considerada como parte do seu entorno imediato, possuindo um papel semelhante àquele que o espaço pós-soviético desempenha para a Rússia. A busca por moldar seu

entorno se assemelha, ainda, ao processo realizado pelos Estados Unidos no final do século XIX e início do século XX (Stratfor, 2013f; Roy, 2013, p. 3; Kaplan, 2014, p. 283-290). Esse espaço, *grosso modo* e conforme o mapa 1, abrange as seguintes áreas no Leste da Ásia: Península Coreana; Taiwan; a parte continental do Sudeste Asiático; Mar Amarelo; Mar da China Oriental; e Mar do Sul da China (Roy, 2013, p. 3).¹⁴

MAPA 1
Entorno estratégico da China no Leste da Ásia



Fonte: Google Earth.
Elaborado com base na análise de Roy (2013).

A expansão chinesa implica uma mudança na ordem estratégica da região, estabelecida e mantida pelos Estados Unidos (Roy, 2013, p. 5). Há que se destacar, contudo, que a China movimenta-se de maneira lenta, buscando estabelecer gradualmente fatos consumados que levem a um novo *status quo* (Stratfor, 2013f). Não se observam ações militares de grande vulto ou um amplo apoio a movimentos de oposição em países vizinhos.

Embora o processo seja lento, ocorreram em alguns casos pequenos conflitos militares, como analisado na próxima seção. Essas desavenças poderiam voltar a ocorrer no futuro. E a depender das decisões tomadas por autoridades chinesas e estrangeiras, uma escalada poderia se concretizar.

14. Delimitação semelhante à de Brzezinski (1997).

Conflitos poderiam emergir a partir de pontos de tensão decorrentes, em grande parte, da busca da China por moldar seu entorno. Os principais, e que podem colocar o país em conflito contra alguns de seus vizinhos – ou mesmo contra os Estados Unidos – são: *i)* uma transição de poder na Coreia do Norte; *ii)* a reivindicação chinesa pela união com Taiwan; *iii)* acusações mútuas entre China e Estados Unidos por ações no ciberespaço; *iv)* disputas por territórios marítimos no Mar do Sul da China; *v)* disputas por territórios marítimos com o Japão; e *vi)* um conflito com a Índia (Dobbins *et al.*, 2011, p. 2-5).

Na próxima seção serão analisadas duas destas possibilidades: as disputas por territórios marítimos no Mar do Sul da China e as disputas por territórios marítimos com o Japão. A escolha decorre de dois fatores: *i)* estas disputas ocorrem no entorno imediato chinês, sendo objeto, portanto, de maior prioridade pelo governo do país; e *ii)* envolvem elevado número de países, sendo assim uma oportunidade para se compreender como o governo chinês atua em cenários complexos.

4 DISPUTAS TERRITORIAIS NO MAR DA CHINA ORIENTAL E NO MAR DO SUL DA CHINA

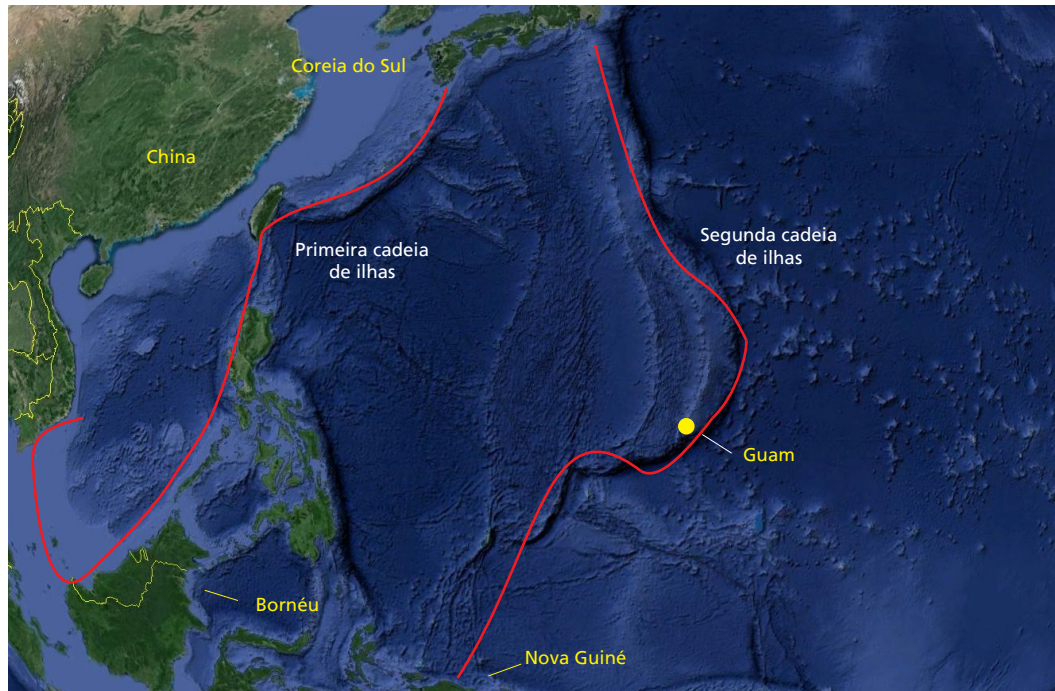
As disputas territoriais marítimas no Mar da China Oriental e no Mar do Sul da China são um dos principais riscos à segurança e estabilidade no Leste da Ásia. Além dos impactos regionais, um conflito nesses locais teria consequências econômicas e políticas globais. Eventuais bloqueios navais impossibilitariam o funcionamento de portos e/ou a utilização de rotas marítimas, limitando a circulação de bens e rompendo cadeias regionais e globais de valor. Além disso, a existência de países com poderio militar significativo (Coreia do Sul, Japão e Taiwan) poderia, em caso de escalada das hostilidades, levar a um conflito de grandes proporções. A presença militar norte-americana, por fim, bem como suas ligações securitárias com países que compartilham este espaço, poderia levar ao envolvimento direto dos Estados Unidos nos conflitos, com consequências imprevisíveis para a atual ordem internacional.

Ainda que conflitos militares não cheguem a ocorrer, a mera expectativa de sua ocorrência afeta as dinâmicas de segurança regionais. De fato, a atual modernização das Forças Armadas dos países da região decorre em grande medida desta expectativa, havendo evidências de uma corrida armamentista no Leste Asiático (Kaplan, 2014,

p. 622-656). O mesmo se aplica à mudança de prioridades na política de segurança dos Estados Unidos, por meio do chamado *rebalance to the Asia-Pacific*, consequência, dentre outros fatores, do crescimento econômico chinês e da modernização do PLA (United States, 2014, p. 4 e 34; Locklear, 2014; Uspacom, s.d.).

O principal ator nestas disputas é a China, cujo interesse por controlar territórios insulares no Mar da China Oriental e no Mar do Sul da China tem origem em fatores de cunho tanto geopolítico quanto econômico. Do ponto de vista geopolítico, o interesse é fruto de uma situação marítima desfavorável, oriunda de dois fatores interligados. O primeiro é a existência de diversas ilhas e arquipélagos em áreas muito próximas à costa chinesa, úteis para a imposição de um bloqueio naval à China. Estes territórios fazem parte da chamada “primeira cadeia de ilhas”, conforme termo utilizado pelo governo da China, estendendo-se desde o sul do Japão até a ilha de Bornéu, passando pelas Filipinas. Além desta, há a “segunda cadeia de ilhas”, que se estende da ilha de Honshu até a ilha de Nova Guiné, passando por Guam, conforme o mapa 2 (Stratfor, 2009).

MAPA 2
Primeira e segunda cadeias de ilhas



Fonte: Google Earth.
Elaboração do autor.

Por um lado, esses territórios poderiam ser utilizados contra a China no caso de um bloqueio naval, problema agravado pela extensa presença militar dos Estados Unidos em algumas destas ilhas. Por outro lado, as linhas imaginárias que unem os territórios, formando a primeira e a segunda cadeia de ilhas, são consideradas como perímetros de defesa pela China. Dessa conjunção de fatores decorre o interesse chinês em controlar este espaço, diminuir o controle de outros países sobre os seus territórios e possuir meios capazes de bloquear os acessos às águas jurisdicionais chinesas.

O segundo fator que torna a China um país de situação marítima desfavorável é a existência de uma ZEE pequena em relação às dimensões do território, da população e da economia do país, como se observa na tabela 4.

TABELA 4
Áreas terrestres e marítimas das dez maiores economias do mundo
(Ordenadas pelo PIB nominal de 2012)

	Mar territorial + ZEE (milhões km ²) (A)	Área terrestre (milhões km ²) ¹ (B)	Relação (mar territorial + ZEE)/área terrestre (A/B)
1 Estados Unidos	12,20	9,84	1,24
2 China	0,88	9,60	0,09
3 Japão ²	4,07	0,38	10,78
4 Alemanha	0,06	0,36	0,16
5 França	10,18	0,67	15,26
6 Reino Unido	6,80	0,32	21,51
7 Brasil	3,66	8,51	0,43
8 Rússia ²	7,53	17,10	0,44
9 Itália	0,54	0,30	1,78
10 Índia	2,30	3,29	0,70

Fonte: Flanders Marine Institute, CIA World Factbook e Fundo Monetário Internacional (FMI).
Elaboração do autor.

Notas: ¹ Inclui as águas interiores.

² Japão e Coreia do Sul possuem um regime conjunto para a exploração de parte de suas ZEEs. O total desta área é de 83.419 km², a qual, para os propósitos desta tabela, foi dividida entre os dois países. Possuem, também, uma área de 66.309 km² em disputa, a qual foi desconsiderada. Japão e Rússia possuem uma área em disputa de 213.951 km², a qual também foi desconsiderada.

Quando a Convenção das Nações Unidas sobre a Lei do Mar – United Nations Convention on the Law of the Sea (Unclos III) – foi aberta para assinaturas em 1982, diversos Estados passaram a deter jurisdição sobre áreas de grande extensão. Territórios que aparentavam ser resquícios inúteis de um passado colonial recente ganharam imediata relevância, ao possibilitarem a incorporação de extensos territórios às águas jurisdicionais de alguns países (Nolan, 2014, p. 178-179). As longínquas ilhas Pitcairn, por exemplo,

um território britânico no Pacífico, adicionaram às águas jurisdicionais do Reino Unido uma área de 836 mil km². A posse francesa da Nova Caledônia, também no Pacífico, permitiu ao país incorporar cerca de 1,4 milhão de km² de águas jurisdicionais. E o desconhecido Atol Johnston, sob a posse dos Estados Unidos, agregou ao país 444 mil km².

Este, contudo, não foi o caso da China. Como se observa pela tabela 4, a relação ZEE/área terrestre da China é a menor entre os países listados. Como existem ilhas de outros países em áreas muito próximas à sua costa e como o país não detém a posse de ilhas ou arquipélagos em locais distantes, a China foi menos beneficiada pela aprovação da Unclos III que outras potências. Em comparação aos Estados Unidos, sua ZEE é aproximadamente 14 vezes inferior e, em relação ao Japão, cerca de 4,6 vezes menor. Em artigo do jornal chinês *People's daily*, a questão foi colocada da seguinte forma:

De acordo com a convenção da lei marinha das Nações Unidas (*sic*), bem como da posição consistente que ocupa, a China tem jurisdição sobre quase 3 milhões de km² de mar, incluindo as águas interiores, o mar territorial, a zona contígua e a zona econômica exclusiva, além de uma parte dos direitos e interesses na plataforma continental exterior.

(...) em comparação com várias outras potências marítimas do mundo, este número é muito pequeno. Áreas territoriais nacionais oceânicas reivindicadas pelos Estados Unidos e pela Austrália estendem-se a quase 10 milhões de km², enquanto países como Japão, Canadá e Reino Unido reivindicam mais de 4 milhões de km². Em vista de sua enorme base populacional, a soberania da China sobre seus mares circundantes está longe de ser grande.

A soberania da China sobre suas águas circundantes é, portanto, relativamente desfavorável para um estado que carrega um pesado fardo de desenvolvimento, parte de cuja missão é tornar-se uma potência marítima (Bo, 2013, tradução nossa).¹⁵

Observa-se neste trecho que a área proclamada é de 3 milhões de km², incluindo, assim, territórios atualmente em disputa. Mesmo essa área, contudo, é considerada

15. "According to the law of the United Nations' marine convention and China's own consistent position, China has jurisdiction over almost 3 million square kilometers of sea, including inland waters, territorial sea, contiguous zone and the exclusive economic zone, and a share of rights and interests on the outer continental shelf. (...) compared with many other world maritime powers, this figure is very small. National ocean territorial areas claimed by the United States and Australia extend to almost 10 million square kilometers, while countries such as Japan, Canada, and the UK claim more than 4 million square kilometers. In view of its huge population base, China's sovereignty over its surrounding seas is far from vast. China's sovereignty over its surrounding waters is therefore relatively unfavorable for a state bearing a heavy burden of development, part of whose mission is to become a marine power."

diminuta frente às de outros países e às necessidades da China. Nota-se, portanto, a insatisfação em relação à divisão de áreas marítimas conforme o previsto pela Unclos III.

O único país listado na tabela 4 em que a relação ZEE/área terrestre se aproxima da chinesa é a Alemanha. Diferentemente da China, contudo, não há na Alemanha percepções de ameaças securitárias oriundas de países vizinhos e/ou dos Estados Unidos (ao contrário, são os Estados Unidos que, em grande medida, garantem a segurança do país). Além disso, embora a economia alemã também possua elevado grau de dependência em relação ao comércio externo, o modal marítimo é menos relevante que no caso da China. Dois indicadores demonstram esse fato: o volume de movimentação de contêineres em portos e o índice de conectividade do transporte marítimo (tabela 5).

TABELA 5
Movimentação de contêineres (média 2008-2010) e índice de conectividade do transporte marítimo (ICTM) (média 2009-2013)
(Ordenadas pelo PIB nominal de 2012, FMI)

	Movimentação de contêineres		ICTM ²
	Em milhões de TEUs ¹	% sobre total mundial	
1 Estados Unidos	40,7	8,0	84,9
2 China (exceto Hong Kong e Macau)	118,3	23,2	146,1
3 Japão	17,8	3,5	66,2
4 Alemanha	15,1	3,0	89,8
5 França	5,0	1,0	71,0
6 Reino Unido	8,2	1,6	86,0
7 Brasil	7,3	1,4	34,0
8 Rússia	3,0	0,6	24,8
9 Itália	10,0	2,0	66,5
10 Índia	8,5	1,7	41,3
Mundo	509,7	-	-

Fonte: Banco Mundial (Indicadores de Desenvolvimento Mundial), UNCTADStat e FMI.
Elaboração do autor.

Notas: ¹ *Twenty foot equivalent unit* (TEU) é a medida mais utilizada no comércio internacional por contêineres. Em 2012, aproximadamente 16% do volume total do comércio internacional era realizado por meio de contêineres (UNCTAD, 2013, p. 7).

² O índice se baseia em cinco componentes: *i*) número de navios; *ii*) capacidade destes em termos de transporte de contêineres; *iii*) tamanho máximo dos navios; *iv*) número de serviços; e *v*) número de empresas que desdobram navios de contêineres nos portos do país. Para cada país e para cada componente, o valor atribuído é dividido pelo valor máximo de cada componente para o ano de 2004. Faz-se então uma média, a qual é dividida pela média máxima para 2004, multiplicando-se o resultado por 100. A média máxima de 2004 passa, então, a ser 100, e os demais países são classificados nesta escala, observando-se a evolução dos valores após 2004 a partir do patamar inicial.

Observa-se que a movimentação de contêineres na China responde por 23,2% do total mundial, volume aproximadamente três vezes superior ao dos Estados Unidos, segundo país na lista. O volume é, também, equivalente a cerca de três vezes a soma

dos existentes nas quatro maiores economias da União Europeia (Alemanha, França, Reino Unido e Itália). Em termos do ICTM, a China ocupa a primeira posição, com um índice 62,7% superior ao da Alemanha.

Ao mesmo tempo, a China encontra-se em posição de desvantagem em termos de territórios marítimos, mesmo em relação aos demais países do Leste Asiático, como se observa na tabela 6.

TABELA 6
Áreas terrestres e marítimas das cinco maiores economias do Complexo Regional de Segurança do Leste Asiático
(Ordenadas pelo PIB nominal de 2012)

	Mar territorial + ZEE (milhões km ²) (A)	Área terrestre (milhões km ²) (B) ¹	Relação (mar territorial + ZEE)/área terrestre (A/B)
1 China	0,88	9,60	0,09
2 Japão ²	4,07	0,38	10,78
3 Austrália ³	9,08	7,74	1,17
4 Coreia do Sul	0,37	0,10	3,67
5 Indonésia	5,98	1,90	3,14

Fonte: Flanders Marine Institute, CIA World Factbook e FMI.
Elaboração do autor.

Notas: ¹ Inclui as águas interiores.

² Japão e Coreia do Sul possuem um regime conjunto para a exploração de parte de suas zonas econômicas exclusivas. O total desta área é de 83.419 km², a qual, para os propósitos desta tabela, foi dividida entre os dois países. Possuem, também, uma área de 66.309 km² em disputa, a qual foi desconsiderada. Japão e Rússia possuem uma área em disputa de 213.951 km², a qual também foi desconsiderada.

³ Austrália e Timor-Leste possuem um regime conjunto para a exploração de parte de suas zonas econômicas exclusivas. O total desta área é de 34.905 km², da qual, para os propósitos desta tabela, metade está incluída na ZEE australiana. Ademais, a Austrália possui com Papua Nova-Guiné um regime de proteção conjunto de parte de sua ZEE, no total de 3.730 km². Metade desta área aparece como parte da ZEE da Austrália.

A ZEE da China é, proporcionalmente, a menor entre os países listados. A Austrália, cuja razão ZEE/área terrestre é a mais próxima da chinesa, possui uma relação treze vezes maior. O Japão, com uma superfície terrestre 25 vezes menor que a da China, possui uma ZEE 4,6 vezes superior, com uma relação ZEE/área terrestre 124 vezes maior. A China, portanto, encontra-se em desvantagem quanto a este aspecto não apenas em relação às outras potências mas em sua própria região.

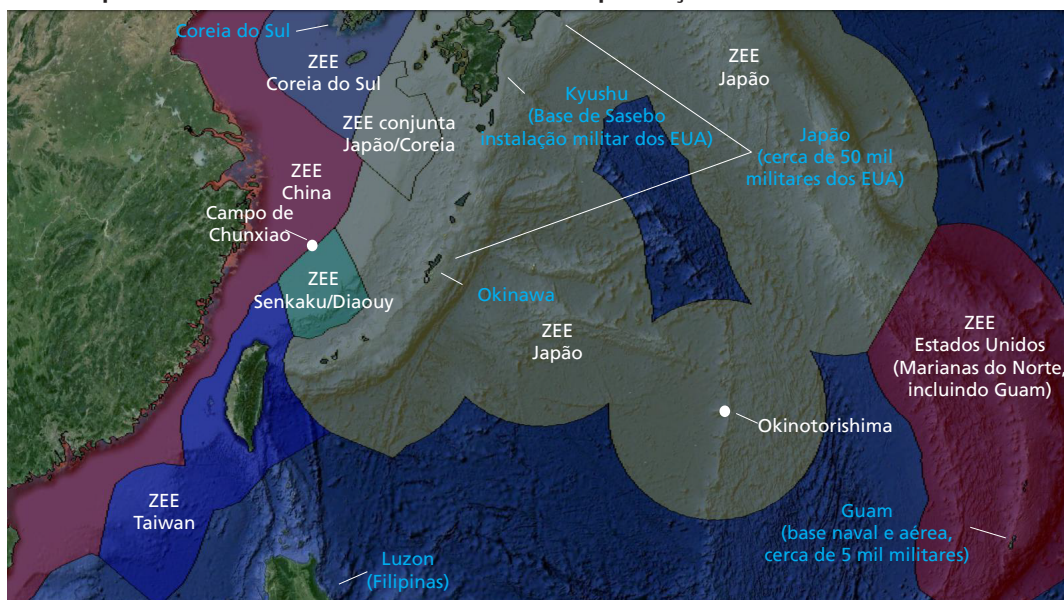
Esses fatores, em conjunto, aumentam a propensão chinesa em expandir seu poder militar naval, sendo o interesse pela expansão territorial marítima um de seus elementos centrais. Nas próximas duas subseções são analisadas algumas das particularidades do Mar da China Oriental e do Mar do Sul da China, destacando-se as disputas em curso em cada um destes espaços.

4.1 Mar da China Oriental

No Mar da China Oriental, a ZEE chinesa se encontra parcialmente “bloqueada” por uma faixa de territórios insulares, desde Kyushu (Japão) até Taiwan, passando por Okinawa, conforme se observa no mapa 3. Trata-se do segmento norte da chamada “primeira cadeia de ilhas”. Neste espaço, há uma significativa presença militar norte-americana, sobretudo em Okinawa e na Coreia do Sul.

MAPA 3

Disputas marítimas no Mar da China Oriental e presença militar norte-americana



Fonte: Google Earth e VLIZ.
Elaboração do autor.

Esse poder naval poderia impor um bloqueio marítimo à China, estrangulando a economia e a capacidade de projeção de poder do país. Soma-se a isso o fato de os vizinhos, sobretudo Coreia do Sul e Japão, possuírem poderes militares significativos, ao contrário do que ocorre no Mar do Sul da China (como analisado na próxima subseção).

As principais disputas ocorrem com o Japão. A que tem provocado mais tensão em período recente decorre do fato de China e Taiwan alegarem que as Ilhas Senkaku (Diaoyu, na China), atualmente sob controle japonês, seriam suas por direito. Embora possuam apenas 7 km² de superfície terrestre, a posse das ilhas acrescentaria às áreas sob jurisdição da China 12 milhas náuticas de mar territorial, assim como a respectiva

ZEE, totalizando uma área de aproximadamente 73 mil km² (indicada no mapa 3). Isso ampliaria as águas jurisdicionais chinesas em cerca de 8%.

A tensão em torno desta questão se acentuou em 2012, quando o governo japonês celebrou acordo para a aquisição de três das ilhas, até então sob propriedade privada, decisão que provocou uma onda de protestos antijaponeses na China (Stratfor, 2013g). O governo chinês, além disso, autorizou que cerca de mil embarcações de bandeira chinesa realizassem atividades pesqueiras nas águas jurisdicionais das ilhas, medida acompanhada de ações de monitoramento por embarcações militares (Stratfor, 2012c; 2013h).

Há uma segunda disputa entre os dois países. A cerca de 4 km a oeste da linha que atualmente divide as ZEEs da China e do Japão há uma área na qual existem depósitos de gás natural, denominada Campo de Chunxiao (Shirakaba, no Japão), atualmente explorada pela China (conforme indicado no mapa 3). A área se situa na ZEE da China, mas o Japão alega que a exploração afeta áreas que se encontram em sua ZEE, exigindo dessa forma participação na exploração (Stratfor, 2010b; 2011; 2012b).

Uma terceira disputa refere-se à Okinotorishima (indicada no mapa 3). Trata-se de um território efetivamente japonês – reconhecido desta forma inclusive pela China –, mas que segundo o governo da China é um atol incapaz de abrigar vida humana (Stratfor, 2004). Dessa forma, conforme prevê o Artigo 121 da Unclos III (United Nations, 1982), o Japão não teria direito a possuir uma ZEE ao redor do atol. A atual ZEE tornar-se-ia assim um espaço internacional, com instituições chinesas podendo explorar recursos pesqueiros e minerais. Isso retiraria da ZEE japonesa um espaço de aproximadamente 400 mil km².

Alguns episódios em período recente indicam possível escalada de tensões entre os dois países. Um deles ocorreu no segundo semestre de 2010, quando um navio pesqueiro chinês se chocou contra uma embarcação da guarda costeira japonesa em área próxima às ilhas Senkaku/Diaoyu, levando à detenção do comandante da embarcação. Como resposta, autoridades chinesas cancelaram visitas oficiais programadas para o Japão e suspenderam o fornecimento de terras raras para o país (Bradsher, 2010; Yamaguchi, 2010).

Outro indicativo da escalada de tensões foi a declaração pelo governo chinês, em novembro de 2013, do estabelecimento de uma zona de defesa e identificação

aérea (Adiz) – air defense identification zone – no Mar da China Oriental. A área sobrepõe-se parcialmente às Adiz de Japão, Coreia do Sul e Taiwan, além de incluir o espaço aéreo correspondente às ilhas Senkaku/Diaouy e à sua respectiva ZEE (China, 2013b). Na prática, trata-se de uma medida que busca impor um controle parcial sobre o espaço aéreo, conferindo materialidade à perspectiva chinesa de que a “primeira cadeia de ilhas” é o seu principal perímetro defensivo. O Japão respondeu com retórica dura, afirmando que não respeitaria a decisão chinesa, o mesmo ocorrendo por parte da Coreia do Sul, que ainda respondeu à medida chinesa por meio da expansão de sua própria Adiz. Os Estados Unidos, por sua vez, não reconheceram a medida tomada pelo governo da China (Stratfor, 2013h).

Deve-se considerar ainda que o governo de Shinzō Abe seria, em tese, mais propenso ao uso da força em comparação a governos anteriores, tendo declarado que a usaria caso a China realizasse um desembarque nas ilhas Senkaku/Diaouy (BBC News, 2013). As disputas, ao mesmo tempo, favorecem a proposta da chamada normalização do poder militar do Japão, segundo a qual as restrições ao país existentes desde o final da Segunda Guerra Mundial deveriam ser abolidas (Stratfor, 2012b; 2013h). Fortalece-se a percepção de que é preciso possuir capacidades independentes para se assegurar a segurança do país, sobretudo quanto à manutenção das linhas de comunicação marítima, essenciais para a economia japonesa (Stratfor, 2014c).

Mesmo antes do início do mandato de Shinzō Abe, medidas na área da defesa demonstravam que a proposta de normalização militar do país vinha sendo realizada. No final de 2010, o governo japonês introduziu uma nova doutrina, a chamada Defesa Dinâmica, que prevê a modernização militar do país. Buscam-se, sobretudo, forças mais flexíveis e que sejam capazes de utilizar as amplas capacidades tecnológicas nacionais (Stratfor, 2012b). O país passou, ainda, a realizar maior número de exercícios militares com forças armadas estrangeiras, destacando-se os realizados no Mar do Sul da China com os Estados Unidos (*op. cit.*, 2012b). E o fato de o Japão possuir equipamentos militares de origem norte-americana contribui para a interoperabilidade entre as forças dos dois países (Nolan, 2014, p. 221-222).

O aprimoramento de suas forças anfíbias tem sido priorizado pela cúpula política e militar do país, dada sua importância para a defesa de pequenos territórios insulares, decisão que tem recebido apoio significativo do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados

Unidos (Stratfor, 2012b). Em dezembro de 2012, em razão do lançamento de um foguete pela Coreia do Norte, o governo japonês ativou seu sistema de defesa, com destaque para os interceptadores Patriot Advanced Capability-3 e contratorpedeiros dotados do sistema de combate Aegis – Aegis Combat System (ACS) –, ativos nas principais ilhas do Japão, em Okinawa, no Mar da China Oriental e no Mar do Japão (Stratfor, 2012b). Em junho de 2013, o Japão participou, ainda, do exercício militar Dawn Blitz na costa norte-americana, centrado em operações anfíbias. Um ponto de destaque foi o fato de as Forças de Autodefesa Japonesas operarem pela primeira vez de forma integrada (Stratfor, 2013n).

A mudança central, contudo, seria a revisão do Artigo 9º da constituição japonesa, que veta a existência de Forças Armadas no país. Embora o governo de Shinzō Abe tenha demonstrado a intenção de abolir – ou pelo menos reformular – este artigo, a oposição de algumas nações, notadamente China e Coreia do Sul, é intensa (Stratfor, 2012b). A revisão dependerá, em parte, da capacidade do governo japonês de convencer países vizinhos de que a medida seria benéfica para eles, em face da necessidade de se conter o avanço chinês (Stratfor, 2012b).

Embora as reivindicações chinesas no Mar da China Oriental provavelmente venham a se manter ao longo dos próximos anos, as possibilidades de uma ação militar chinesa neste espaço são limitadas em função das amplas capacidades militares dos Estados Unidos e, em menor escala, de Coreia do Sul e Japão. Como se observa no mapa 3, há elevado número de militares dos Estados Unidos em áreas próximas a este possível teatro de operações, ao que se deve somar a capacidade de rápida mobilização de forças suplementares.

4.2 Mar do Sul da China

O Mar do Sul da China abriga algumas das principais linhas de comunicação marítima e infraestruturas portuárias do globo. Por ele circulam, diariamente, cerca de 14 milhões de barris de petróleo (um terço do fluxo marítimo internacional) e 16 bilhões de pés cúbicos de gás natural (metade do fluxo marítimo internacional) (EIA, 2013). Os terminais de contêineres dos portos de Cingapura, Hong Kong, Shenzhen e Guangzhou estiveram entre os dez maiores do mundo em volume movimentado no período 2010-2011, respondendo por cerca de um terço do total global (UNCTAD, 2013). Além disso, a

área possui depósitos de hidrocarbonetos: a China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) estima que existam 125 bilhões de barris de petróleo e 500 trilhões de pés cúbicos de gás natural apenas em reservas ainda não descobertas (EIA, 2013, p. 2).¹⁶

As intensas trocas regionais, o elevado tráfego marítimo, a presença de hidrocarbonetos, a existência de Estados significativamente mais fracos que a China, a menor presença militar dos Estados Unidos e o elevado interesse do governo em moldar este espaço têm contribuído para transformá-lo em uma espécie de *Caribe Chinês* (Kotani, 2011, p. 1; Kaplan, 2014, *passim*).

A existência de Estados mais fracos e de uma presença militar norte-americana menos significativa são, particularmente, vantagens substanciais para a China em comparação ao Mar da China Oriental. Como se observa na tabela 7, os gastos militares da China são muito superiores aos dos demais países limieiros no Mar do Sul da China.

TABELA 7
Gastos militares dos países limieiros no Mar do Sul da China e percentual em relação ao total regional
(Em US\$ bilhões de 2011)

	1993		2003		2013		Δ 2013-1993 (%)
	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	
China	23,5	44,1	57,4	62,8	171,4	79,1	+630,7
Taiwan	13,5	25,3	9,8	10,7	10,3	4,8	-23,5
Cingapura	4,3	8,1	8,0	8,7	9,1	4,2	+110,4
Indonésia	1,8	3,4	4,1	4,5	8,4	3,9	+356,9
Tailândia	4,6	8,7	3,4	3,7	5,6	2,6	+21,8
Malásia	2,6	4,9	4,4	4,8	4,8	2,2	+85,1
Vietnã	0,6	1,1	1,5	1,6	3,2	1,5	+448,8
Filipinas	1,9	3,6	2,4	2,6	3,2	1,5	+68,2
Outros ¹	0,4	0,8	0,5	0,5	0,6	0,3	+41,5
Total regional	53,2	-	91,4	-	216,6	-	+307,1

Fonte: Sipri.

Elaboração do autor.

Nota: ¹ Brunei e Camboja.

Obs.: 1. Os seguintes dados são estimados: China, para todo o período; Camboja, Indonésia e Tailândia, para 1993.

2. Dados referentes ao exercício financeiro em questão para cada país.

16. Deve-se fazer a ressalva, contudo, que a Energy Information Administration (EIA) dos Estados Unidos é bastante mais cautelosa, estimando que em todo o Mar do Sul da China existem cerca de 11 bilhões de barris de petróleo e 190 trilhões de pés cúbicos de gás natural (United States, 2013, p. 2).

Se, no Mar da China Oriental, os gastos militares do país parecem indicar a sua progressiva supremacia em comparação aos vizinhos, isso é ainda mais evidente no Mar do Sul da China. O desequilíbrio de forças é particularmente acentuado em função das disputas por territórios marítimos ocorrerem, sobretudo, com Vietnã e Filipinas, países com capacidades militares limitadas. As possibilidades de sucesso de uma ação militar chinesa seriam, portanto, bastante mais significativas que no Mar da China Oriental (Singh, 2013).

As reivindicações territoriais abrangem, sobretudo, dois grupos de ilhas: *i*) as Paracel (denominadas Xisha, na China), um conjunto de cerca de 30 ilhas a aproximadamente 140 milhas náuticas da ilha de Hainan, com 8 km² de área terrestre e mar territorial/ZEE de 293 mil km²; e *ii*) as Spratly (denominadas Nansha, na China), um conjunto de aproximadamente 750 ilhas, com área terrestre total de 5 km² e um mar territorial/ZEE de 439 mil km². Os territórios são disputados – total ou parcialmente – por mais cinco países: Brunei, Filipinas, Malásia, Taiwan e Vietnã, conforme aparece no mapa 4.

As reivindicações chinesas, contudo, extrapolam os limites das ZEE destes dois grupos de ilhas. Elas abrangem a área interna aos traços em vermelho, os chamados “nove traços”, conforme estabelecido em 1953 por documento oficial do país, correspondendo a aproximadamente 80% da área do Mar do Sul da China (Stratfor, 2012d; O’Rourke, 2013, p. 10).

Trata-se de um conflito complexo em função das reivindicações sobrepostas de Brunei, Filipinas, Indonésia, Malásia e Taiwan, conforme se observa no mapa 4. Parte desta área, contudo, não é considerada internacionalmente em disputa. À luz do reconhecimento internacional, apenas as ZEE das ilhas Paracel e Spratly não se encontram sob a jurisdição de nenhum Estado. A China reivindica, portanto, áreas que estejam sob a jurisdição de outros Estados.

No caso das Ilhas Paracel, a disputa ocorre entre China, Taiwan e Vietnã. Nas Ilhas Spratly, as reivindicações são ainda mais complexas: China, Taiwan e Vietnã reclamam todo o conjunto das ilhas; as Filipinas reivindicam oito ilhas; a Malásia três ilhas; e Brunei apenas um recife na parte meridional das ilhas (Kaplan, 2014, loc 241).

MAPA 4

Áreas em disputa no Mar do Sul da China



Fonte: Burgess (2012).

Elaboração do autor.

Obs.: 1. Os nomes dos países correspondem às áreas por eles reivindicadas.

2. Linhas pontilhadas em azul: limites dos mares territoriais.

3. Áreas internas aos “nove traços” em vermelho: áreas reivindicadas pela China.

4. Áreas internas às linhas em laranja: áreas reivindicadas pelas Filipinas, sobrepondo-se às reivindicações de China, Vietnã, Malásia e, em uma pequena parte, de Brunei.

5. Áreas internas às linhas em azul: áreas reivindicadas pelo Vietnã, sobrepondo-se às reivindicações de China, Filipinas, Malásia e Brunei.

6. Áreas internas às linhas em roxo: áreas reivindicadas pela Malásia, sobrepondo-se às reivindicações de China, Filipinas, Brunei e Vietnã.

7. Áreas internas às linhas em verde-claro e marrom: áreas reivindicadas pela Indonésia, sobrepondo-se às reivindicações da China.

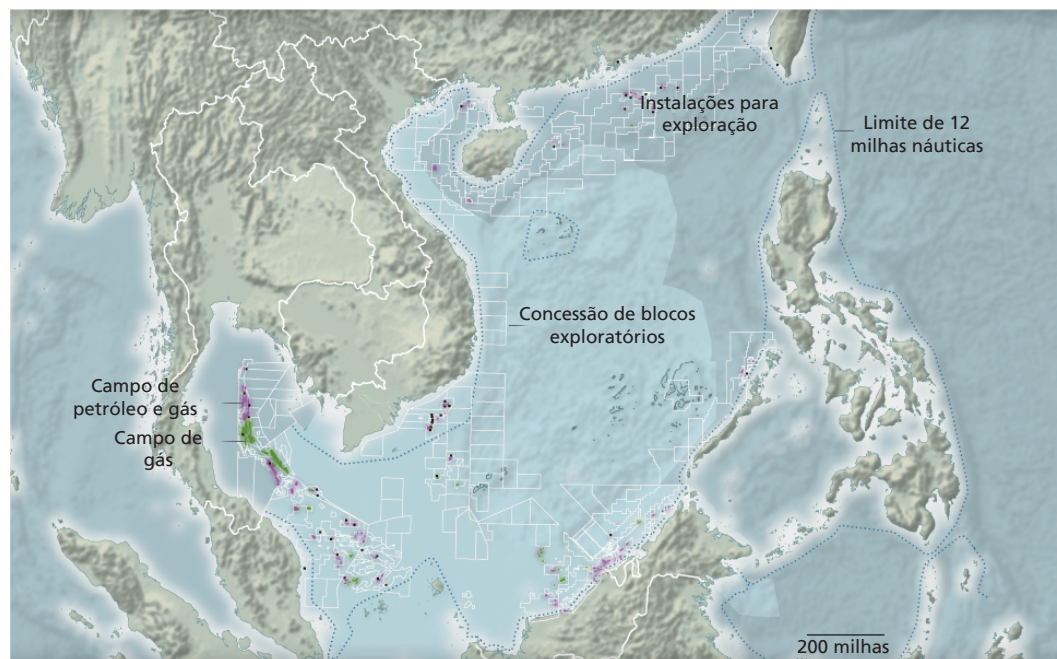
8. Áreas internas às linhas em verde-escuro: áreas reivindicadas por Brunei, sobrepondo-se às reivindicações de China, Filipinas, Malásia e Vietnã.

Além disso, não há clareza quanto à natureza das reivindicações chinesas sobre a área interna aos “nove traços”. O documento supramencionado, de 1953, foi publicado antes da assinatura da Unclos I, de 1958, a qual previa que a jurisdição sobre áreas marítimas dependia da jurisdição sobre áreas terrestres (United Nations, 1958), posição mantida na Unclos III (United Nations, 1982). É a partir da projeção continental que se deveria, portanto, definir os limites das águas jurisdicionais de cada país. O que se observa nos “nove traços”, contudo, é o oposto. Trata-se de uma reivindicação sobre áreas marítimas que, embora inclua a posse das áreas terrestres situadas dentro do perímetro, não é uma projeção traçada a partir destas áreas. Assim, ainda que a China detivesse a posse das ilhas Paracel e Spratly, bem como as águas jurisdicionais correspondentes,

a sua reclamação territorial não estaria plenamente atendida, pois estaria aquém dos limites dos “nove traços”.¹⁷

Do ponto de vista geopolítico, a posse da área reivindicada permitiria à China manter uma faixa contínua de ZEE até uma área situada a cerca de mil quilômetros da entrada do Estreito de Malaca, detendo jurisdição, assim, sobre uma área rica em recursos naturais e de amplo tráfego marítimo. Como se observa no mapa 5, algumas das áreas reivindicadas possuem instalações permanentes para a exploração de reservas de petróleo e gás natural (em “manchas” nas cores rosa e verde) ou estão ao menos concedidas para exploração (quadrados com linhas na cor branca).

MAPA 5
Hidrocarbonetos no Mar do Sul da China



Fonte: Burgess (2012).
Adaptação do autor.

Há que se destacar, contudo, que o governo chinês avança lentamente no Mar do Sul da China, obtendo pequenas conquistas e buscando transformá-las em fatos consumados (Stratfor, 2013f). Dessa maneira, possui condições para seguir projetando no

17. Mesmo no governo chinês, há diferentes interpretações sobre a natureza dos “nove traços” (Nong, 2012).

exterior uma imagem de *grande potência responsável*, o que não seria possível se realizasse grandes ações militares na região (Noesselt, 2014, p. 9-10).

Ao se rastrear as decisões de política externa do país para o Mar do Sul da China, observam-se de fato “pequenos passos” que, aos poucos, têm ampliado o seu domínio territorial, assim como criado condições para que continue a fazê-lo. Entre estes passos, estão: a Batalha das Ilhas Paracel, em 1974, pela qual a China passou a controlar a parte ocidental das ilhas, então sob controle do Vietnã do Sul; o Conflito dos Recifes Johnson do Sul, em 1988, pelo qual a China passou a ocupar oito das ilhas Spratly, até então sob controle do Vietnã; a construção de instalações permanentes, em 1995, nos Recifes Mischief, parte das Ilhas Spratly, então sob controle das Filipinas (Joyner, 1999, p. 53-54; Chung, 2009, p. 100); a ameaça de retaliação contra empresas de hidrocarbonetos, em 2007, caso assinassem contratos com o governo do Vietnã para a exploração de recursos no Mar do Sul da China (Tran, Vieira e Ferreira-Pereira, 2013, p. 164); o disparo contra uma embarcação de pesca do Vietnã, em 2007, com o conseqüente afundamento da mesma; o banimento de atividades de pesca no Mar do Sul da China, em 2009 (*op. cit.*, 2013, p. 164); o estabelecimento, em 2012, do distrito administrativo de Sansha, com jurisdição sobre as ilhas Paracel e Spratly (*op. cit.*, 2013, p. 164); a impressão nos passaportes do país de mapas contendo os “nove traços”, área de domínio almejada pelo país no Mar do Sul da China (IISS, 2012a); e o incidente entre as guardas costeiras da China e do Vietnã, em maio de 2014, após uma plataforma de petróleo da CNOOC ter sido estacionada em área reivindicada pelos dois países, o que levou embarcações chinesas a abalroarem e dispararem canhões de água contra as embarcações vietnamitas (Mullany e Barboza, 2014).

A busca por expandir o domínio *de facto* sobre o Mar do Sul da China também é realizada por outros países limdeiros. Em relação ao supramencionado incidente entre China e Vietnã, o envio de embarcações vietnamitas para a área onde se encontrava a plataforma de petróleo da CNOOC foi também uma forma de asseverar a reivindicação do Vietnã sobre aquele espaço. O governo do Vietnã tem, ainda, negociado a oferta de blocos de exploração de hidrocarbonetos para empresas da Índia no Mar do Sul da China, gerando protestos por parte do governo da China (Jun, 2011; Dikshit, 2013; Ghosh, 2014). Esta ação do governo do Vietnã é uma forma de reforçar suas reivindicações por meio da atração de potências extrarregionais para as disputas (Ghosh, 2014). Contudo, a larga assimetria de poder entre a China e os demais países limdeiros atribui à China

condições mais adequadas de alterar em seu favor o *status quo* territorial no Mar do Sul da China.

As reivindicações chinesas no Mar do Sul da China têm sido reforçadas não apenas por meios militares do PLA mas pela maior presença de forças marítimas *civis* neste espaço. Desde março de 2013, estas forças formam a Guarda Costeira da China, controlada pela Administração Estatal dos Oceanos. Trata-se, no momento, do principal instrumento de asserção das reivindicações chinesas na região, tendo em vista que a presença de embarcações *militares* de grande porte seria mais facilmente interpretada como uma ação hostil pelos demais países limítrofes. Isto ampliaria o risco de escalada de tensões e incentivaria os vizinhos a procurarem o apoio dos Estados Unidos, contrabalançando assim a força da China (Stratfor, 2013i; 2013j). Este *small stick*, conforme termo utilizado em Holmes e Yoshihara (2012) e Holmes (2014), supera por si só a dimensão das Forças Armadas dos países que compartilham este espaço. E, enquanto as hostilidades não aumentarem, o *small stick* continua sendo utilizado, com o PLA (o *big stick*) permanecendo como força de reserva.

Ao mesmo tempo, o país segue expandindo seu poder militar, de forma a impor custos crescentes a ações militares de eventuais adversários. Como analisado na seção 2, entre as grandes potências, a China é o país que mais investiu na modernização de suas Forças Armadas ao longo das últimas duas décadas. Esse processo levou a um reequilíbrio na distribuição de recursos de poder no Leste Asiático, havendo uma clara supremacia em relação aos países limítrofes no Mar do Sul da China.

Cabe, ainda, mencionar que o tema da disputa pelas Ilhas Spratly não foi incluído de forma substantiva na agenda da Associação de Nações do Sudeste Asiático – Association of Southeast Asian Nations (Asean) – ou no Fórum Regional da Asean – Asean Regional Forum (ARF). Isto se deve, sobretudo, à posição chinesa de não abordar o tema em espaços multilaterais. Decorre, também, da posição de outros países da região, especialmente a Malásia, que igualmente optaram por não discutir o tema multilateralmente (Rubiolo, 2011, p. 73; 81-83; Poling, 2013, p. 3). Além disso, ainda que o tema fosse incluído nas agendas da Asean e/ou da ARF, a fraqueza destas instituições seria um obstáculo à implementação de eventuais acordos entre os Estados-membros.

4.3 Os Estados Unidos e a segurança no Leste da Ásia

Análises sobre dinâmicas geopolíticas no Leste da Ásia não são completas sem indicações sobre o papel dos Estados Unidos na região. A presença militar permanente do país no Pacífico e, em particular, no Leste da Ásia, decorre de um conjunto de razões, destacando-se: a presença de territórios norte-americanos naquele espaço ou próximos a ele; a importância de assegurar a manutenção das linhas de comunicação marítima; a necessidade de garantir a segurança do Japão e da Coreia do Sul; e, de forma geral, a importância de garantir a estabilidade do Leste da Ásia.

Em dezembro de 2013, cerca de 50 mil militares dos Estados Unidos estavam estacionados no Japão, o que correspondia a 30,7% do total de militares norte-americanos no exterior (United States, 2013).¹⁸ Essa concentração é ainda maior ao se considerar apenas a Marinha e o Corpo de Fuzileiros Navais, com 19,7 mil militares (64,7% do total desdobrado no exterior) e 16 mil militares (63,4% do total), respectivamente. Na Coreia do Sul, embora dados oficiais recentes não estejam disponíveis, este número era de aproximadamente 25 mil na segunda metade de 2008 (United States, 2013). Essa presença poderia ser expandida rapidamente, sobretudo pelas capacidades de apoio da base naval e aérea de Guam (5.400 militares ao final de 2013) e de instalações localizadas no Havaí (cerca de 50 mil militares nesta mesma data) (United States, 2013).

As tropas que servem nestas localidades se encontram, em parte, embarcadas. Embora não existam dados recentes sobre os efetivos distribuídos em embarcações, o total para a região da Ásia-Pacífico, na segunda metade de 2008, era de aproximadamente 9 mil militares, cerca de 14% do total distribuído na região à época (sem considerar o pessoal localizado em territórios norte-americanos no Pacífico, sobretudo Guam e Havaí). Em conjunto com tropas não embarcadas, este pessoal movimenta-se pelos mares do Leste Asiático e realiza exercícios militares com outros países da região. Esses exercícios contam, ainda, com a presença de tropas e equipamentos norte-americanos

18. O total de pessoal militar no exterior cujo desdobramento é informado pelo Departamento de Defesa foi, em dezembro de 2013, de aproximadamente 125 mil militares. Havia, ainda, cerca de 39 mil militares cujo local de desdobramento não era informado. Como este pessoal encontra-se, em grande parte, no Afeganistão, na Coreia do Sul, no Iraque e no Kuwait, eles foram somados para fins do cálculo do total de militares no exterior. Para os cálculos referentes ao pessoal da Marinha e do Corpo de Fuzileiros Navais o mesmo procedimento foi adotado. No caso da Marinha, o total informado era de cerca de 30 mil militares, somando-se 330 com distribuição desconhecida. No caso do Corpo de Fuzileiros Navais, os mesmos números eram, respectivamente, cerca de 18 mil e 7,5 mil (United States, 2013).

que realizam atividades no Pacífico, mas não estão distribuídos permanentemente na região da Ásia-Pacífico.

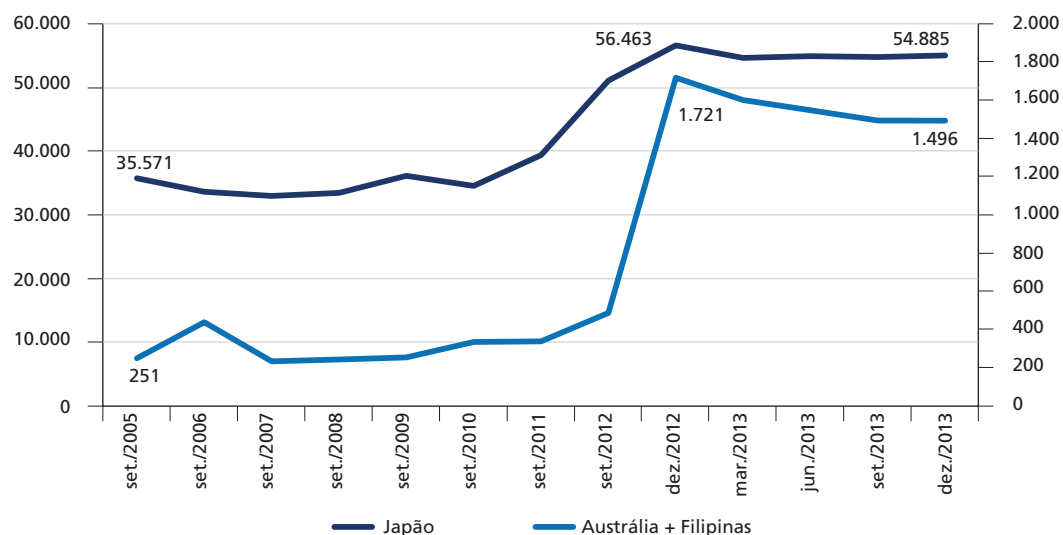
O governo chinês percebe de forma negativa a presença de embarcações e aeronaves militares de outros países em sua ZEE ou áreas próximas, particularmente dos Estados Unidos. Interceptações por militares chineses ocorrem com relativa frequência, eventos que podem, eventualmente, se transformar em incidentes de maior gravidade. Isto ocorreu no caso da colisão entre uma aeronave de reconhecimento norte-americana EP-3 e uma aeronave de caça chinesa F-8 em 2001, próximo à ilha de Hainan. Ocorreu também no caso das embarcações norte-americanas *Impeccable e Victorious*, em 2009. Incidentes deste tipo poderiam levar a uma escalada de hostilidades e/ou a uma crise política severa entre os dois países.

Esses incidentes ocorrem em um contexto no qual os Estados Unidos têm sinalizado que pretendem ampliar o papel atribuído ao Pacífico nas suas políticas de defesa e segurança, particularmente na área naval, parte do chamado *rebalance to the Asia-Pacific* (United States, 2014, p. 4 e 34; Uspacom, s.d.). Entre os elementos que motivaram essa decisão – ou que já se mostram como consequência da mesma – destacam-se: a contenção de gastos em defesa nos Estados Unidos; a expansão militar chinesa, simultânea à estagnação dos investimentos em defesa em Taiwan e no Japão; o encerramento da maior parte das atividades militares dos Estados Unidos no Afeganistão e no Iraque; e a menor prioridade relativa atribuída ao enfrentamento do terrorismo. Embora o redirecionamento seja um processo de médio a longo prazo, alguns sinais se manifestam, entre os quais o crescimento da presença de militares dos Estados Unidos no Leste da Ásia, particularmente no Japão, na Austrália e nas Filipinas, conforme se observa no gráfico 2.

Essa presença tende a se expandir no futuro próximo. Pretende-se, dentre outras medidas: reforçar as capacidades navais norte-americanas no Japão; realocar integrantes do Corpo de Fuzileiros Navais norte-americanos para Guam; e estabelecer uma Marine Air Ground Task Force (MAGTF) na Austrália, com cerca de 2.500 militares (United States, 2014, p. 34).

GRÁFICO 2

Número de militares dos Estados Unidos servindo no Japão, na Austrália e nas Filipinas



Fonte: U.S. Department of Defense.
Elaboração do autor.

Elemento central a ser observado, contudo, é a redução dos gastos em defesa nos Estados Unidos até o final desta década, processo que indica um menor engajamento do país no papel de mantenedor da segurança internacional (Stratfor, 2013k; 2014b). Neste cenário, reforçar capacidades militares de países aliados – como o Japão – implica que recursos públicos norte-americanos seriam poupados, podendo ser alocados para a resolução de problemas domésticos, uma das bandeiras do segundo mandato de Barack Obama. Por esse motivo, apesar de os Estados Unidos dificilmente abdicarem do papel de mantenedores da segurança no Pacífico, as propostas de fortalecimento militar do Japão têm sido recebidas de maneira positiva – e mesmo incentivadas – pelos Estados Unidos (Stratfor, 2013l; 2014c). Essa postura decorre, sobretudo, da necessidade de contrabalançar o crescente poder militar da China, tornando a expansão militar japonesa conveniente do ponto de vista dos interesses dos Estados Unidos na região (Stratfor, 2013m).

5 TENDÊNCIAS

Como indicação das possíveis dinâmicas de segurança ao longo dos próximos anos, é útil analisar as previsões de gastos em defesa para o futuro próximo. Uma das principais fontes para estas estimativas é o banco de dados produzido anualmente pela Jane's

Information Group. Os dados para os cinco países com os maiores gastos militares do globo constam da tabela 8.

TABELA 8
Estimativas para os gastos militares (2013-2018)
(Em US\$ bilhões de 2013)

	2013		2018		Δ 2018-2013 (%)
	Valor	% sobre o PIB	Valor	% sobre o PIB	
Estados Unidos	594,1	3,5	550,4	2,8	-7,4
China	165,2	1,7	229,9	1,7	+39,1
Rússia	49,3	3,1	60,0	3,7	+21,9
Reino Unido	59,5	2,2	56,8	1,8	-4,5
França	53,1	1,9	54,2	1,8	2,1

Fonte: Jane's.

Elaboração do autor.

Obs.: Estes dados não são comparáveis com os da tabela 1 em razão de metodologias de cálculo distintas.

As estimativas indicam que a expansão dos gastos em defesa na China provavelmente irá se desacelerar ao longo dos próximos anos, em função tanto das menores taxas de crescimento econômico como da opção do governo chinês de não ampliar o “fardo” militar da nação. Assim como ocorreu nos anos 2000, o percentual de recursos para a defesa em relação ao PIB deverá se manter estável entre 2013 e 2018. Além disso, tal como em 2013, é provável que o fardo militar em 2018 seja inferior ao dos demais países listados. As estimativas indicam que o percentual do PIB alocado para as atividades de defesa na China em 2018 será cerca de 1 p.p. inferior ao previsto para os Estados Unidos.

Ainda assim, as estimativas são de movimentos distintos ao se comparar a provável trajetória dos gastos chineses (e russos) em relação à dos principais países da Otan. Em período relativamente curto, estima-se que os gastos em defesa da China passem de um patamar equivalente a 29% dos gastos norte-americanos, em 2013, para 42% em 2018. Além disso, se em 2013 eles foram 47% superiores à soma dos gastos de França e Reino Unido, este percentual poderá ser de 107% em 2018.

Na tabela 9 constam dados semelhantes para os países com os maiores gastos em defesa no Leste Asiático.

TABELA 9

Estimativas para os gastos militares no Leste Asiático (2013-2018)
(Em US\$ bilhões de 2013)

	2013			2018			Δ 2018-2013 (%)
	Valor	% sobre PIB	% sobre total	Valor	% sobre PIB	% sobre total	
China	165,2	1,7	55,0	229,9	1,7	62,2	+39,1
Japão	56,8	1,1	18,9	52,7	1,0	14,3	-7,4
Coreia do Sul	31,6	2,7	10,5	36,6	2,6	9,9	+15,8
Austrália	31,9	2,1	10,6	35,1	2,0	9,5	+10,1
Taiwan	14,8	3,0	4,9	15,4	2,6	4,2	+3,5
Total (cinco países)	300,3			369,5			+23,0

Fonte: Jane's.
Elaboração do autor.

Obs.: Em razão de metodologias de cálculo distintas, estes dados não são comparáveis com os da tabela 3. Além disso, os dados da Jane's não incluem países que, na tabela 3, aparecem na categoria "demais países". Assim, esta tabela compara tão somente os cinco países entre si. A análise é apenas parcialmente prejudicada, tendo em vista que a categoria "demais países" na tabela 3 responde por cerca de 10% dos gastos regionais.

Prevê-se que, em 2018, o gasto da China seja correspondente a 4,4 vezes o do Japão, 6,3 vezes o da Coreia do Sul e 15 vezes o de Taiwan. Em 2013, os gastos da China foram 22% superiores à soma dos demais quatro países, prevendo-se que, para 2018, este percentual será de 65%. No caso do Japão, particularmente, ainda que o governo de Shinzō Abe tenha utilizado retórica dura em relação às atividades chinesas no Mar da China Oriental, não se vislumbram mudanças significativas em termos de alocação de recursos para a defesa.

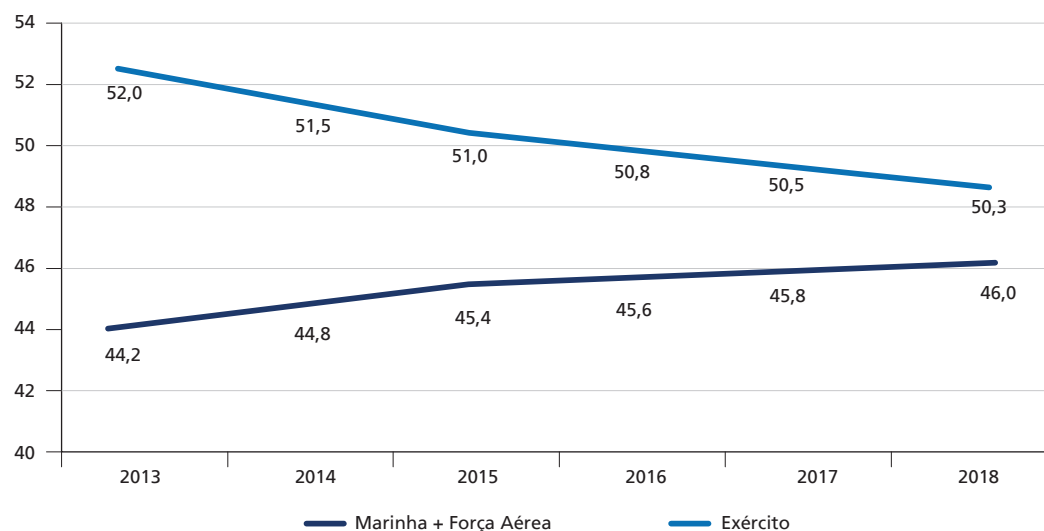
Além do crescimento dos gastos (ainda que em ritmo inferior ao observado nos anos 2000), as estimativas apontam para um maior volume relativo de recursos alocados para forças navais e aéreas, conforme o gráfico 3.

No período em questão, a alocação para as forças terrestres deverá diminuir em 2 p.p., enquanto para as forças navais e aéreas ela deverá se expandir em cerca de 2 p.p. Ainda que esta mudança não seja de grandes proporções, parece provável que o crescimento da importância atribuída às forças navais e aéreas se mantenha até 2018.

GRÁFICO 3

Gastos militares chineses: distribuição por força singular (2013-2018)

(Em %)



Fonte: Jane's.

Elaboração do autor.

Obs.: Estima-se que 3,7% dos recursos serão alocados para a área de defesa como um todo, não sendo direcionados para nenhuma das três forças separadamente. Estes recursos não estão computados neste gráfico, não se totalizando, portanto, 100% dos recursos alocados para a defesa no país.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E INTERESSES BRASILEIROS

Este trabalho procurou destacar as relações entre a política naval da China e as estratégias do país para o seu entorno, com destaque para a busca por expandir os territórios marítimos sob sua jurisdição. Foi visto que a modernização militar, particularmente no segmento naval, foi significativamente mais profunda que a ocorrida nos demais países do Leste Asiático, o que levou a uma substancial redistribuição de recursos de poder naval na região.

Esse processo ocorre em um contexto no qual a China detém jurisdição sobre áreas marítimas relativamente pequenas, elemento que se soma à proximidade de territórios insulares de outros países, à extensa presença militar dos Estados Unidos no Leste Asiático, à dependência do fornecimento de hidrocarbonetos do exterior e à dependência do modal marítimo no seu comércio externo.

Assim, a China adentrou o século XXI em uma posição marítima desvantajosa em relação a outras potências – mesmo em relação a outros países do Leste Asiático. Ao se considerar essa posição, assim como a expansão militar do país em período recente, compreende-se de forma mais apurada as políticas do país para o Mar da China Oriental e o Mar do Sul da China. Estas consistem na busca permanente pelo maior controle sobre o conjunto destes dois mares.

Ao mesmo tempo, o processo parece ocorrer de forma lenta, com a China buscando obter um conjunto de conquistas pequenas que, no longo prazo, levariam o Leste Asiático (particularmente o Mar do Sul da China) a um novo *status quo* territorial.

Para o futuro próximo, estimativas indicam que o hiato dos investimentos militares da China em comparação aos demais países do Leste Asiático tende a se expandir. Isso, em tese, ampliaria a propensão do governo chinês em buscar soluções que incluíssem a ameaça do uso da força. A redução dos investimentos militares nos Estados Unidos reforça esta tendência, embora ao mesmo tempo ela possa ser parcialmente compensada pelo chamado *rebalance to the Asia-Pacific*.

Por fim, convém discutir algumas possíveis implicações para o Brasil das questões analisadas neste trabalho. Na introdução deste texto, destacaram-se cinco razões pelas quais os processos ocorridos no Mar do Sul da China podem ser de interesse do Brasil. Nos parágrafos seguintes, busca-se estender brevemente a discussão.

O primeiro ponto refere-se às consequências econômicas decorrentes da suspensão de fluxos comerciais marítimos, investimento estrangeiro direto e do rompimento de cadeias regionais/globais de valor. No caso de um conflito no Mar do Sul da China ou no Mar da China Oriental, poderia haver a suspensão de atividades de exportação/importação cujos fluxos circulam naquela área ou em espaços próximos a ela. Essa suspensão poderia ocorrer também em fluxos que circulam fora do Leste Asiático, visto que, a depender da dimensão das operações militares, as mesmas poderiam ocorrer fora daquele espaço. Além disso, ainda que parte dos fluxos se mantivesse, haveria provavelmente um aumento nos custos de fretes e seguros. Acerca do investimento estrangeiro direto, eventuais conflitos poderiam levar à suspensão de investimentos de países da região no Brasil (ou vice-versa), tendo em vista as incertezas trazidas em períodos de conflito e a priorização de investimentos em defesa. Quanto às cadeias regionais/globais de valor, em razão

da baixa integração do Brasil (desconsiderando-se a participação via fornecimento de produtos primários), os impactos sobre o país decorrentes do seu rompimento não seriam profundos.

O segundo ponto abrange a realocação de forças navais norte-americanas em direção ao Pacífico. Trata-se de uma janela de oportunidade para que os países lindeiros do Atlântico Sul desenvolvam, com maior autonomia, políticas regionais para este espaço. Estas podem ser voltadas: à manutenção da segurança das linhas de comunicação marítima; ao aproveitamento dos recursos naturais do Atlântico Sul; e ao desenvolvimento de uma identidade transatlântica própria. Como o Brasil possui a maior economia e as maiores Forças Armadas entre os países da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas), o país seria o mais apto a liderar este processo, fornecendo bens públicos comuns essenciais à manutenção da estabilidade deste espaço.

Sobre o terceiro ponto, acerca do possível posicionamento frente a disputas, é provável que o Brasil mantenha uma posição de neutralidade sobre os eventos em curso no Leste da Ásia, em função tanto da tradição da política externa brasileira quanto das importantes parcerias que possui com países daquela região. Alguns elementos, ao mesmo tempo, podem ser considerados na formação da posição brasileira: o intenso intercâmbio comercial e os amplos fluxos de investimento entre o Brasil e países do Leste da Ásia (ou com presença na região), especialmente China, Coreia do Sul, Japão e Estados Unidos; a associação entre Brasil e China no âmbito dos BRICS; e a existência de territórios brasileiros no Atlântico Sul com condições difíceis de habitabilidade, especialmente o Arquipélago de São Pedro e São Paulo, semelhante a algumas das ilhas presentes no Leste da Ásia. Quanto a este último ponto, decisões relativas a territórios marítimos no Leste da Ásia poderiam impactar a percepção sobre os direitos de jurisdição do Brasil sobre parte de seus territórios marítimos.

Quanto ao quarto ponto, é possível que disputas no Leste da Ásia levem à discussão de possíveis reformas no atual regime internacional dos oceanos, cujo eixo encontra-se na Unclos III, de 1982. Nesse sentido, o elemento central na estratégia brasileira deve ser a busca pela preservação desse regime. A sua importância para o Brasil decorre do fato de o país ser um dos principais beneficiários de sua existência. Por não haver territórios de outros países que estejam de frente ao território brasileiro, o país pôde estender suas águas jurisdicionais aos limites máximos previstos naquela convenção. Incorporou, assim,

uma ZEE de aproximadamente 3,5 milhões de km² e obteve a possibilidade de ter sua plataforma continental estendida sobre cerca de 1 milhão de km² adicionais. Deve-se destacar ainda que, no período 2006-2011, 90,3% do petróleo e 70,2% do gás natural extraídos no Brasil tiveram origem nestas áreas (ANP, 2013a; 2013b), as quais, em sua maior parte, não seriam de domínio exclusivo do Brasil na ausência do atual regime internacional dos oceanos.

Sobre o quinto ponto, relacionado à importância de se compreender de forma mais apurada processos centrais em um dos principais parceiros do Brasil, este trabalho buscou esclarecer algumas das principais linhas da política de defesa da China, com destaque para o segmento naval. Ao se compreender o que a China busca nesse campo, instituições públicas e privadas no Brasil podem identificar de forma mais precisa possíveis áreas de cooperação com instituições daquele país. De fato, assim como a China, o Brasil tem investido na modernização de suas forças navais, abrindo espaço para ações cooperativas entre instituições da área da defesa, empresas, universidades e institutos de pesquisa dos dois países.

REFERÊNCIAS

- ANP—AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. **Produção de petróleo, por localização (terra e mar), segundo unidades da Federação – 2003-2012.** Brasília, 2013a. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/?dw=66863>>.
- _____. **Produção de gás natural, por localização (terra e mar), segundo unidades da Federação – 2003-2012.** Brasília, 2013b. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/?dw=66867>>.
- BAKER, R. China tests Japanese and U.S. patience. **Stratfor** – geopolitical weekly. Austin: Texas, 26 Feb. 2013.
- BBC NEWS. Japan PM Abe warns China of force over islands landing. **BBC news**, London, 23 Apr. 2013. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/world-asia-22260140>>.
- BO, H. Harmony is the theme of China's ocean strategy. **People's daily online**. Peking, 17 July 2013. Disponível em: <<http://english.peopledaily.com.cn/90883/8330630.html>>.
- BRADSHER, K. Amid tension, China blocks crucial exports to Japan. **The New York times**, Hong Kong, 23 Sept. 2010. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2010/09/24/business/global/24rare.html?pagewanted=all&_r=0>.

BRZEZINSKI, Z. **The grand chessboard**: American primacy and its geostrategic imperatives. New York: Basic Books, 1997.

BURGESS, J. Territorial claims in South China Sea. **The New York times**, New York, 31 May 2012. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/interactive/2012/05/31/world/asia/Territorial-Claims-in-South-China-Sea.html?ref=southchinasea>>.

BUZAN, B. WAEVER, O. **Regions and powers**: the structure of international security. Cambridge: University Press, 2003.

CHINA. **China's national defense in 2000**. Beijing: Information Office of the State Council, 2000. Disponível em: <<http://www.china.org.cn/e-white/2000>>.

_____. **China's national defense in 2006**. Beijing: Information Office of the State Council, 2006. Disponível em: <<http://www.china.org.cn/english/features/book/194421.htm>>.

_____. **China's national defense in 2008**. Beijing: Information Office of the State Council, 2009. Disponível em: <http://mercury.ethz.ch/serviceengine/Files/ISN/156833/ipublicationdocument_singledocument/b7e89920-1df6-4fab-8d61-79a8abd092a4/en/China_English2008.pdf>.

_____. **The diversified employment of China's armed forces**. Beijing: Information Office of the State Council, Apr. 2013a. Disponível em: <<http://www.wantchinatimes.com/UploadFiles/The%20Diversified%20Employment%20of%20China%27s%20Armed%20Forces.pdf>>.

_____. **Statement by the Government of the People's Republic of China on establishing the East China Sea Air Defense Identification Zone**. Beijing, 23 Nov. 2013b. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/china/2013-11/23/c_132911635.htm>.

CHUNG, C. Southeast Asia and the South China Sea dispute. *In*: BATEMAN, S.; ELMERS, R. (Ed.). **Security and international politics in the South China Sea**: towards a co-operative management regime. New York: Routledge, 2009.

DIKSHIT, S. Vietnam offers India seven oil blocks in South China Sea. **The hindu**, New Delhi, 21 Nov. 2013. Disponível em: <<http://www.thehindu.com/news/national/vietnam-offers-india-seven-oil-blocks-in-south-china-sea/article5372744.ece>>.

DOBBINS, J. *et al.* **Conflict with China**: prospects, consequences, and strategies for deterrence. RAND Corporation, 2011. (Occasional Papers, n. 334). Disponível em: <http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/occasional_papers/2011/RAND_OP344.pdf>.

EIA – U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. **South China Sea**. EIA, 7 Feb. 2013. Disponível em: <http://www.eia.gov/countries/analysisbriefs/South_China_Sea/south_china_sea.pdf>.

FISHER JUNIOR, R. D. China marks aviation milestones with J-10B production, second Y-20 prototype flight. **Jane's defence weekly**, Washington, D.C., 23 Dec. 2013.

GHOSH, P. K. Vietnam ropes in stakeholders to China territorial dispute. **The hindu**, New Delhi, 2 Jan. 2014. Disponível em: <<http://www.eastasiaforum.org/2014/01/02/vietnam-ropes-in-stakeholders-to-china-territorial-dispute>>.

GREVATT, J. China outlines satellite navigation system plans. **Jane's defence industry**, Bangkok, 21 Oct. 2013.

GRIMMETT, R. F.; KERR, P. K. **Conventional arms transfers to developing nations, 2004-2011**. Washington, D.C.: Congressional Research Service, 2012. Disponível em: <<http://www.fas.org/sgp/crs/weapons/R42678.pdf>>.

HOLMES, J. R. The return of China's Small-Stick Diplomacy in South China Sea. **The diplomat**, Tokyo, 9 Jan. 2014. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2014/01/the-return-of-chinas-small-stick-diplomacy-in-south-china-sea>>.

HOLMES, J. R.; YOSHIHARA, T. Small-Stick Diplomacy in the South China Sea. **The national interest**, Washington, D.C., 23 Apr. 2012. Disponível em: <<http://nationalinterest.org/commentary/small-stick-diplomacy-the-south-china-sea-6831>>.

JANE'S. Eastern approaches: Asia's next-generation fighter programmes. **International defence review**, London, 12 Apr. 2011.

_____. Unmanned dragons: China's UAV aims and achievements. **International defence review**, London, 23 Jan. 2012.

_____. China. **Jane's world navies**, London, 3 Oct. 2013a.

_____. Strait talking - China's military power grows in the Taiwan Strait. **Jane's intelligence review**, London, 8 Nov. 2013b.

IISS – INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES. East Asia and Australasia. *In*: _____. **Military balance** – 1997. London: IISS, 1997.

_____. East Asia and Australasia. *In*: _____. **Military balance** – 1998. London: IISS, 1998.

_____. East Asia and Australasia. *In*: _____. **Military balance** – 1999. London: IISS, 1999.

_____. East Asia and Australasia. *In*: _____. **Military balance** – 2000. London: IISS, 2000.

_____. East Asia and Australasia. *In*: _____. **Military balance** – 2001. London: IISS, 2001.

_____. East Asia and Australasia. *In*: _____. **Military balance** – 2002. London: IISS, 2002.

_____. East Asia and Australasia. *In*: _____. **Military balance** – 2003. London: IISS, 2003.

_____. East Asia and Australasia. *In*: _____. **Military balance** – 2006. London: IISS, 2006.

_____. East Asia and Australasia. *In*: _____. **Military balance** – 2009. London: IISS, 2009.

_____. China's passport move stokes South China Sea dispute. **Strategic comments**, London, n. 47, 12 Dec. 2012a.

_____. Asia. *In*: _____ **Military balance** – 2012. London: IISS, 2012b.

_____. Asia. *In*: _____ **Military balance** – 2013. London: IISS, 2013.

JOYNER, C. C. The Spratly Islands dispute in the South China Sea: problems, policies, and prospects for diplomatic accommodation. *In*: SINGH, R. (Ed.). **Investigating confidence building measures on the Asia Pacific Region**. Washington, D.C.: Henry L. Stimson Center, 1999, (Report, n. 28). Disponível em: <<http://www.stimson.org/images/uploads/research-pdfs/cbmapspratly.pdf>>.

JUN, L. India's involvement complicates South China Sea dispute. **China.org.cn**, Beijing, 22 Sept. 2011. Disponível em: <http://www.china.org.cn/opinion/2011-09/22/content_23470353.htm>.

KAN, S. A. **China's military-owned businesses**. Washington, D.C.: Congressional Research Service, 2001. Disponível em: <<http://crs.wikileaks-press.org/98-197.pdf>>.

KAPLAN, R. D. **Asia's cauldron: the South China Sea and the end of a stable Pacific**. New York: Random House, 2014. Kindle edition.

KOTANI, T. The Chinese Okhotsk: the nuclear dimension of South China Sea disputes. **PacNet**, Honolulu, n. 37, 22 July. 2011. Disponível em: <<http://csis.org/files/publication/pac1137.pdf>>.

LOCKLEAR, S. J. **U.S. House of Representatives Armed Services Committee hearing** – oral statement (as written). Washington, D.C. 5 Mar. 2014. Disponível em: <<http://www.pacom.mil/Media/SpeechesTestimony/tabid/6706/Article/8600/pacom-house-armed-services-committee-testimony.aspx>>.

MULLANY, G.; BARBOZA, D. Vietnam squares off with China in disputed seas. **The New York times**, Hong Kong, 7 May 2014. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2014/05/08/world/asia/philippines-detains-crew-of-chinese-fishing-vessel.html?src=rechp>>.

NOESSELT, N. **China's multiple role(s) in world politics: decrypting China's North Korea strategy**. German Institute of Global and Area Studies, Feb. 2014. (Working Papers, n. 243).

NOLAN, P. **Re-balancing China: essays on the global financial crisis, industrial policy**. London: Anthem Press, 2014.

NONG, H. Interpreting the u-shape line in the South China Sea. **China-US focus**, Hong Kong, 15 May 2012. Disponível em: <<http://www.chinausfocus.com/peace-security/interpreting-the-u-shape-line-in-the-south-china-sea>>.

O'ROURKE, R. **China naval modernization**: implications for U.S. Navy capabilities – background and issues for congress. Washington, D.C.: Congressional Research Service, 2013. Disponível em: <<http://www.fas.org/sgp/crs/row/RL33153.pdf>>.

POLING, G. B. **The South China Sea in focus**: clarifying the limits of maritime dispute. Washington, D.C.: CSIS, July 2013. Disponível em: <https://csis.org/files/publication/130717_Poling_SouthChinaSea_Web.pdf>.

REIS, R. G. G. Atlântico Sul: um desafio para o século XXI – as velhas ameaças se perpetuam nas “novas”? *In*: ACIOLY, L.; MORAES, R. F. **Prospectiva, estratégias e cenários globais**: visões de Atlântico Sul, África Lusófona, América do Sul e Amazônia. Ciclo de debates. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_prospectiva_cenariosglobais.pdf>.

ROSS, R. S. China's naval nationalism: sources, prospects, and the U.S. response. **International security**, v. 34, n. 2, fall 2009.

ROY, D. More security for rising China, less for others? **Asia Pacific issues**, n. 106, Jan 2013. Disponível em: <<http://www.eastwestcenter.org/sites/default/files/private/api106.pdf>>.

RUBIOLO, M. F. O novo conceito de segurança da China e as relações multilaterais estratégicas com o Sudeste Asiático. **Revista tempo do mundo**, Brasília, v. 3, n. 1, abr. 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/rtm/120404_rtmv3_portugues01_cap3.pdf>.

SILVA FILHO, E. B.; MORAES, R. F. **Dos “dividendos da paz” à guerra contra o terror**: gastos militares mundiais nas duas décadas após o fim da Guerra Fria (1991-2009). Brasília: Ipea, 2012. (Texto para Discussão, n. 1.754). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1754.pdf>.

SINGH, H. K. South China Sea in regional politics. *In*: CENTER FOR STRATEGIC & INTERNATIONAL STUDIES. **Managing tensions in the South China Sea**. Washington, D.C., 2013. Apresentação oral. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nLxt_7RDfAY>.

SIPRI – STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. **Military expenditures**: sources and methods. Stockholm: Sipri, [s.d.]. Disponível em: <http://www.sipri.org/research/armaments/milex/milex_database/copy_of_sources_methods>.

STRATFOR – STRATEGIC FORECASTING. Japan: leaving pacifist policy behind. **Analysis**, Austin, Texas, 10 Dec. 2004.

_____. China's plan for a blue-water fleet. **Analysis**, Austin, Texas, 31 Mar. 2009.

_____. Looking to 2012: China's next generation of leaders. **Analysis**, Austin, Texas, 17 Sept. 2010a.

_____. China, Japan: East China Sea disputes arise again. **Analysis**, Austin, Texas, 23 Feb. 2010b.

_____. China reconsiders position against natural gas project with Japan. **Analysis**, Austin, Texas, 18 Nov. 2011.

_____. The geopolitics of China: a great power enclosed. **Analysis**, Austin, Texas, 25 Mar. 2012a.

_____. The driving forces behind Japan's remilitarization. **Analysis**, Austin, Texas, 17 Dec. 2012b.

_____. China's limits in reducing tensions with Japan. **Analysis**, Austin, Texas, 17 Sept. 2012c.

_____. The Paradox of China's Naval Strategy. **Geopolitical weekly**, Austin, Texas, 17 July 2012d.

_____. China develops its strategic airlift capability. **Analysis**, Austin, Texas, 29 Jan. 2013a.

_____. China's expanding drone program. **Analysis**, Austin, Texas, 9 Apr. 2013b.

_____. China's evolving nuclear capability. **Analysis**, Austin, Texas, 31 Oct. 2013c.

_____. In China, a temporary demotion for military officers. **Analysis**, Austin, Texas, 23 Apr. 2013d.

_____. China's dream of its own "Monroe Doctrine". **Geopolitical diary**, Austin, Texas, 16 Dec. 2013f.

_____. In dispute over islands, a chance for Beijing. **Analysis**, Austin, Texas, 21 Jan. 2013g.

_____. China's new air zone poses a test for rivals. **Analysis**, Austin, Texas, 29 Nov. 2013h.

_____. China's maritime law enforcement reorganization. **Analysis**, Austin, Texas, 12 Mar. 2013i.

_____. China's maritime agencies: a tool for Beijing's influence. **Analysis**, Austin, Texas, 6 Mar. 2013j.

_____. U.S.: a progress report on Washington's re-engagement with Asia. **Geopolitical diary**, Austin, Texas, 4 Oct. 2013k.

_____. Japan's shifting regional environment. **Geopolitical diary**, Austin, Texas, 11 Jan. 2013l.

_____. The prospects of a Japanese revival. **Geopolitical diary**, Austin, Texas, 25 Sept. 2013m.

_____. The significance of Japan's inclusion in Dawn Blitz 2013. **Geopolitical diary**, Austin, Texas, 14 June 2013n.

_____. China: new military zones another step toward modernization. **Analysis**, Austin, Texas, 4 Jan. 2014a.

_____. **Evaluating China's military rise**. Austin, Texas: Stratfor, 17 Jan. 2014b.

_____. Japan's naval ambitions in the Indian Ocean. **Analysis**, Austin, Texas, 16 Jan. 2014c.

TRAN, P. T.; VIEIRA, A. V. G.; FERREIRA-PEREIRA, L. C. Vietnam's strategic hedging vis-à-vis China: the roles of the European Union and Russia. **Revista brasileira de política internacional**, v. 56, n. 1, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v56n1/09.pdf>>.

UNCTAD – UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **Review of maritime transport**. New York; Geneva: UNCTAD, 2013. Disponível em: <http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/rmt2013_en.pdf>.

UNITED NATIONS. **Convention on the territorial sea**. Geneva, 1958. (Treaty Series, n. 7.477). Disponível em: <<https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/Volume%20516/volume-516-I-7477-English.pdf>>.

_____. **Convention on the Law of the Sea**. Montego Bay, 1982. Disponível em: <<http://treaties.un.org/Pages/showDetails.aspx?objid=080000028003327e>>.

UNITED STATES. Department of Defense. **Active duty military personnel by service by region/country**: total DoD – December 30, 2013 (DMDC data). Washington, D.C., 31 Dec. 2013. Disponível em: <http://www.dmdc.osd.mil/appj/dwp/dwp_reports.jsp>.

_____. **Quadrennial defense review**. Washington, D.C., 2014. Disponível em: <http://www.defense.gov/pubs/2014_Quadrennial_Defense_Review.pdf>.

USPACOM – UNITED STATES PACIFIC COMMAND. **USPACOM strategy**. [s.l., s.d.]. Disponível em: <<http://www.pacom.mil/AboutUSPACOM/USPACOMStrategy.aspx>>.

YAMAGUCHI, M. China rare earth exports to Japan still halted. **The associated press**, Tokyo, 21 Oct. 2010. Disponível em: <<http://www.businessweek.com/ap/financialnews/D9J02PF01.htm>>.

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Andrea Bossle de Abreu

Revisão

Camilla de Miranda Mariath Gomes

Carlos Eduardo Gonçalves de Melo

Elaine Oliveira Couto

Elisabete de Carvalho Soares

Lucia Duarte Moreira

Luciana Bastos Dias

Luciana Nogueira Duarte

Míriam Nunes da Fonseca

Thaís da Conceição Santos

Vivian Barros Volotão Santos (estagiária)

Editoração eletrônica

Roberto das Chagas Campos

Aeromilson Mesquita

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Carlos Henrique Santos Vianna

Capa

Luís Cláudio Cardoso da Silva

Projeto Gráfico

Renato Rodrigues Bueno

*The manuscripts in languages other than
Portuguese published herein have not been proofread.*

Livraria do Ipea

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo.

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Secretaria de
Assuntos Estratégicos

